



Boletim de Conjuntura Econômica

17

outubro a dezembro/21

sãojudas›

usjt.br

Sumário

- 1. Atividade Econômica**
- 2. Inflação e Preços**
- 3. Mercado de Trabalho**
- 4. Contas Públicas**
- 5. Contas Externas**
- 6. Crédito, Juros e Bolsa**
- 7. Considerações Finais**

1. Atividade Econômica

PIB – Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto apresentou uma variação negativa de 0,1% do segundo trimestre ao terceiro de 2021. Em comparação com o mesmo período de 2020, teve um crescimento de 4,0%. Durante os 4 trimestres de 2021, comparado aos mesmos períodos anteriores houve uma alta de 3,9%. Nos meses do ano até o mês de setembro, o PIB apresentou um avanço de 5,7%, em comparação com o mesmo período de 2020.

Em valores correntes, o PIB no terceiro trimestre de 2021 alcançou R\$ 2.215,2 bilhões, sendo R\$ 1.880,9 bilhões referentes ao Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 334,3 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Tabela 1 – Principais resultados do PIB a preços de mercado do 3º trimestre de 2020 a 3º trimestre de 2021

Taxas %	2020.III	2020. IV	2021.I	2021.II	2021. III
Acumulado ao longo do ano/mesmo período do ano anterior	-4,0	-3,9	1,3	6,5	5,7
Últimos quatro trimestres/quatro trimestres imediatamente anteriores	-3,3	-3,9	-3,5	1,9	3,9
Trimestre/mesmo trimestre do ano anterior	-3,7	-0,9	1,3	12,3	4,0
Trimestre/trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	7,8	3,1	1,3	-0,4	-0,1

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais- SCNT

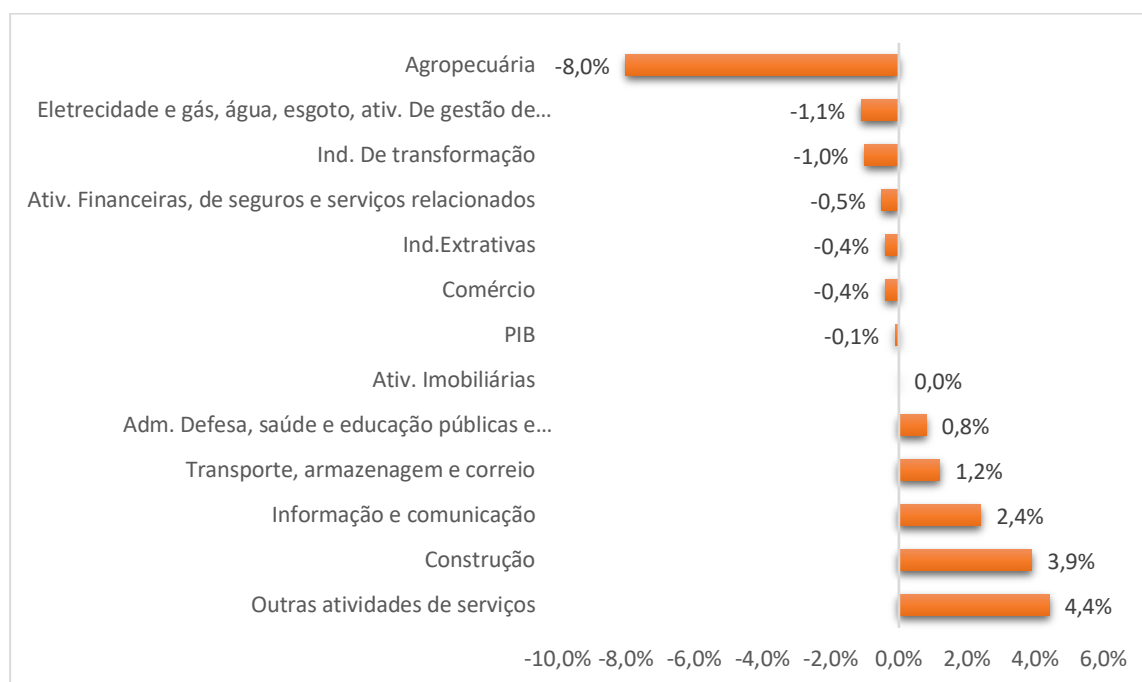
Elaboração: GT Atividade Econômica USJT

Trimestre contra trimestre imediatamente anterior

Em relação aos setores da economia em comparação com o trimestre anterior, com taxas de queda apresentam-se as atividades industriais, com queda de 1,1% em

Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, 1,0% nas Indústrias de Transformação e 0,4% nas Indústrias Extrativas e a Agropecuária que teve a maior queda de 8,0%. E com variação negativa apresentam-se o PIB com (-0,1%) e nos Serviços em Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionas com (-0,5%) e no Comércio com (-0,4%). Por outro lado, nas atividades industriais, houve crescimento na Construção de 3,9%. E nos serviços houve crescimento em Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social de 0,8%, em Transporte, armazenagem e correio de 1,2%, em Informação e comunicação de 2,4% e em outras atividades de serviços com a maior nota que foi de 4,4%. E o setor de atividades imobiliárias ficaram estáveis com 0,0%.

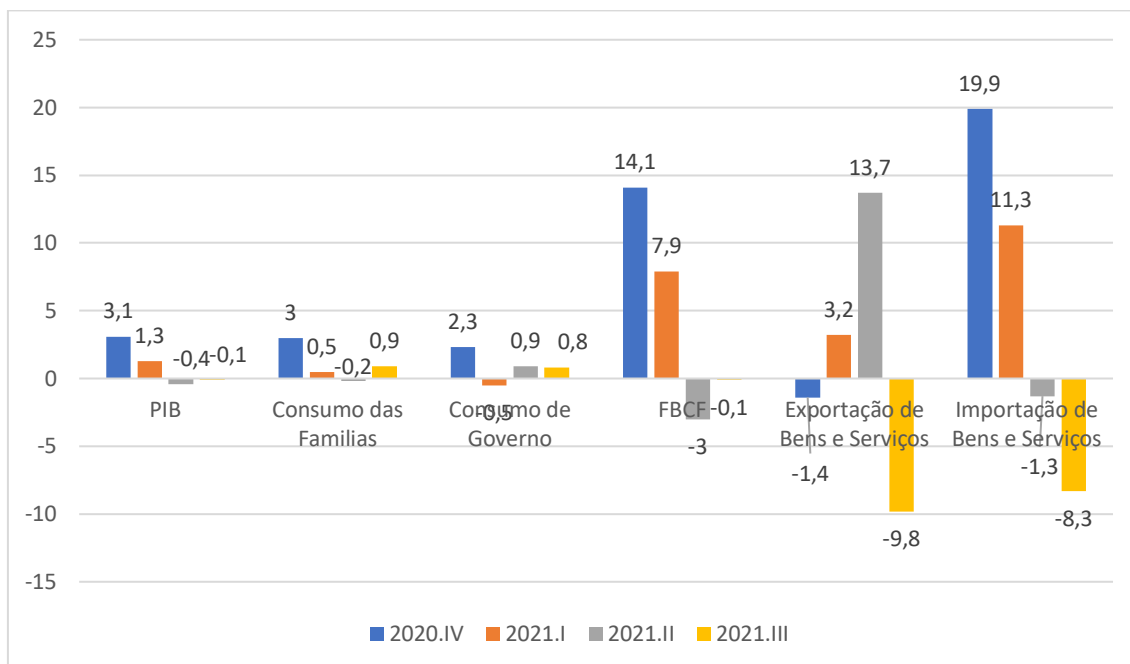
Gráfico 1 - PIB e subsetores (com ajuste sazonal) – Taxa (%) do trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior.



Fonte: IBGE - Contas Nacionais - SCNT
Elaboração: GT Atividade Econômica USJT

Entre os componentes da demanda agregada, a Formação Bruta de Capital Negativo, que são os investimentos, apresentou variação negativa de 0,1%, a Despesa de Consumo das Famílias cresceu 0,9% e a Despesa de Consumo do Governo cresceu 0,9% em relação ao trimestre imediatamente anterior. No setor externo, tanto as Exportações de Bens e Serviços como as Importações de Bens e Serviços tiveram queda de 9,8% e 8,3%, em relação ao segundo trimestre de 2021.

Gráfico 2 - PIB e subsetores (com ajuste sazonal) – Taxa (%) do trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior.

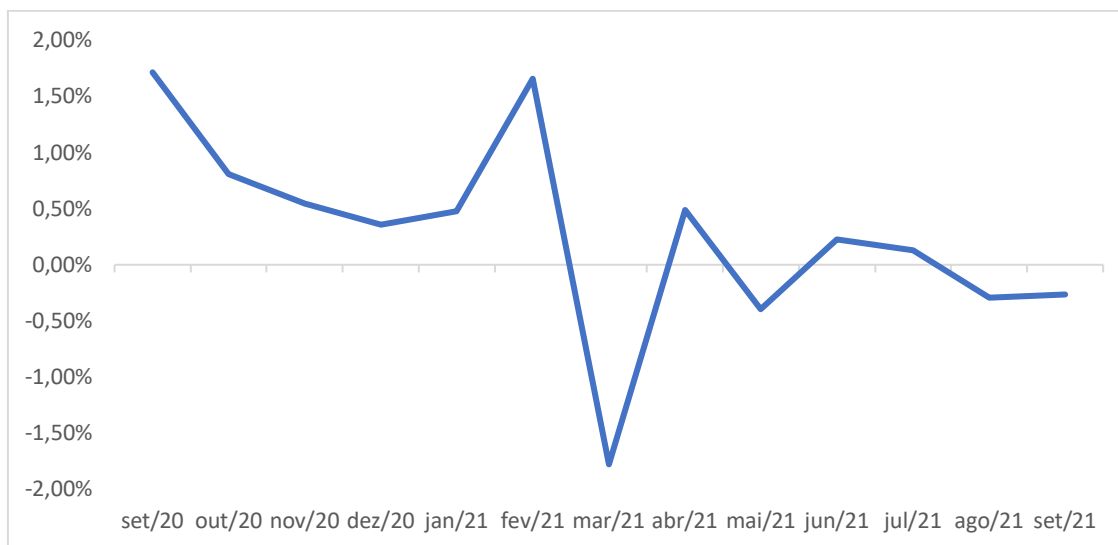


Fonte: IBGE - Contas Nacionais – SCNT, 2021.
 Elaboração: GT Atividade Econômica USJT.

IBC-Br

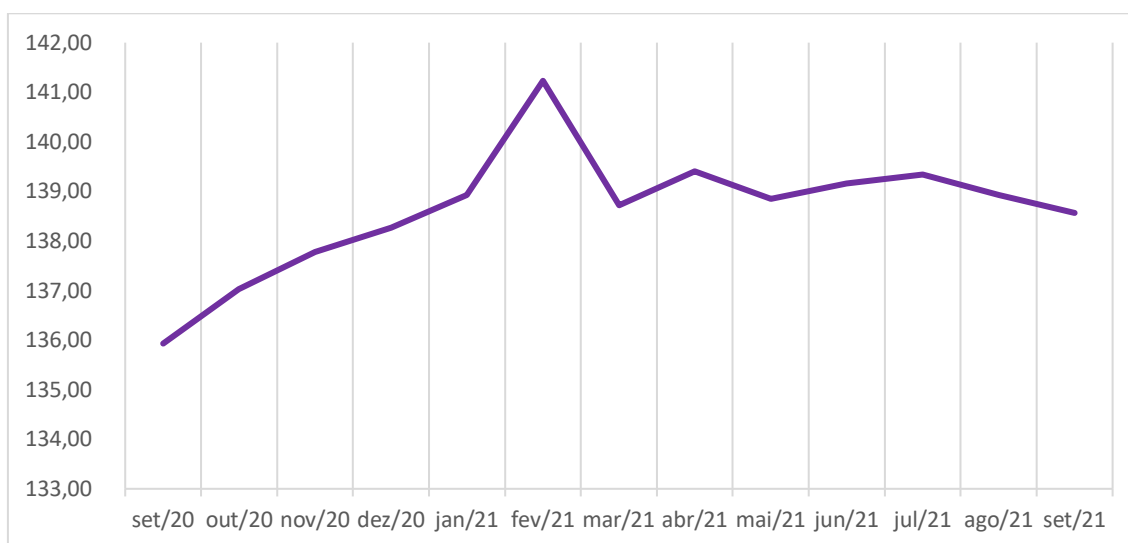
O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) teve queda de 0,27% em setembro, na comparação com o mês anterior. De agosto para setembro, o índice de atividade calculado pelo BC passou de 138,93 pontos para 138,56 pontos na série dessazonalizada. Na comparação com setembro do ano passado, o indicador do nível de atividade teve crescimento de 1,52%. No acumulado dos nove primeiros meses deste ano, o índice de atividade econômica registrou expansão de 5,88% - com ajuste sazonal. Já em 12 meses até setembro de 2021, houve uma alta de 4,22%, também com ajuste sazonal.

Gráfico 3 - Evolução do IBC-Br – Percentual de variação na comparação com o mês imediatamente anterior (com ajuste sazonal).



Fonte: Banco Central - SGS (Séries Temporais),2021.
Elaboração: GT Atividade Econômica USJT.

Gráfico 4 - Evolução do IBC-Br – número índice na comparação com o mês anterior



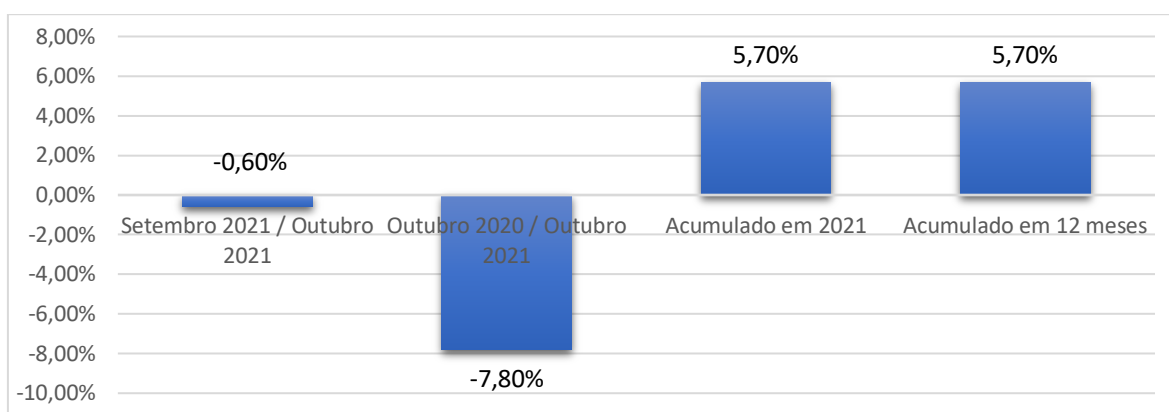
Fonte: Banco Central - SGS (Séries Temporais),2021.
Elaboração: GT Atividade Econômica USJT.

Indústria

Em outubro de 2021, a produção industrial nacional mostrou queda de 0,6% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, quinto resultado negativo consecutivo, acumulando nesse período perda de 3,7%. Na série sem ajuste sazonal, no confronto com igual mês do ano anterior, o total da indústria recuou

7,8% em outubro de 2021, intensificando, dessa forma, as reduções verificadas em setembro (-4,0%) e agosto (-0,6%), quando interrompeu onze meses de taxas positivas consecutivas nesse tipo de comparação. Com isso, o setor industrial acumulou expansão de 5,7% nos dez meses de 2021. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, ao avançar 5,7% em outubro de 2021, reduziu a intensidade do crescimento frente ao observado nos meses de setembro (6,5%) e agosto (7,2%) últimos.

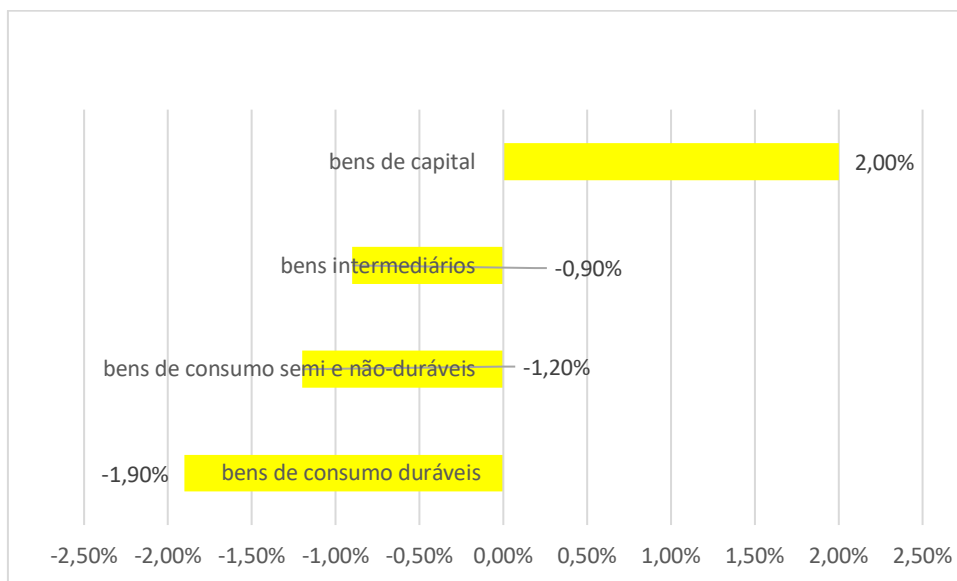
Gráfico 5 – Índice frente ao mês imediatamente anterior – outubro de 2021.



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – PIM, 2021.
Elaboração: GT Atividade Econômica USJT.

No índice acumulado de janeiro a setembro de 2021, frente a igual período do ano anterior, o setor industrial mostrou uma expansão de 7,5%, com resultados positivos em quatro das quatro grandes categorias econômicas analisadas. Em setembro a categoria que mostrou maior dinamismo foi bens de capital (38,2%) e bens de consumo duráveis (13,1%). Os segmentos de bens intermediários (5,9%) e de bens de consumo semi e não-duráveis (2,5%) também assinalaram crescimento nos nove meses do ano, mas ambos com avanços abaixo da média da indústria (7,5%).

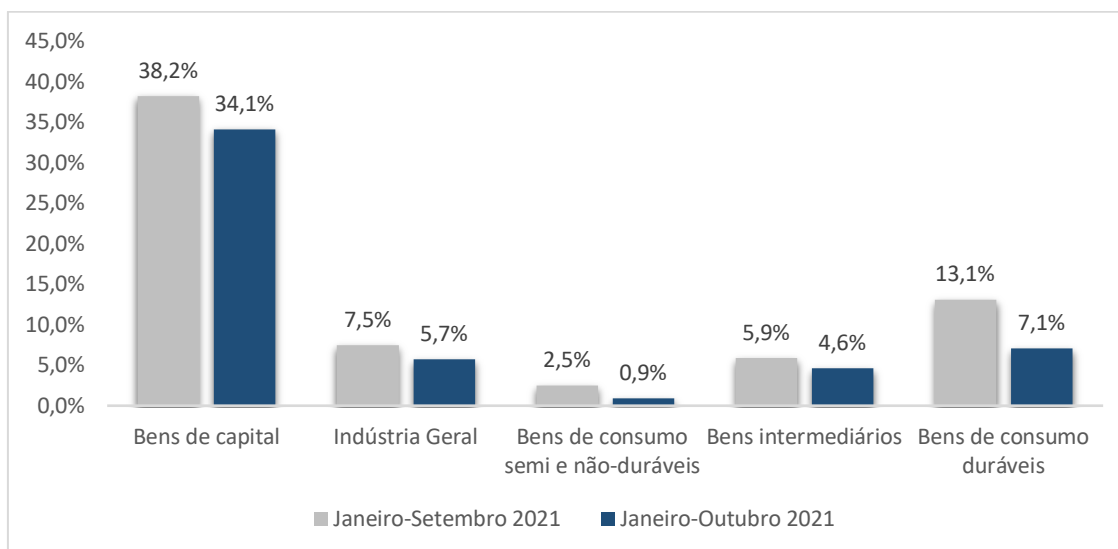
Gráfico 6 – Índice Mensal da produção física industrial – outubro 2021.



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – PIM,2021.
 Elaboração: GT Atividade Econômica USJT.

No índice acumulado de janeiro a setembro de 2021, frente a igual período do ano anterior, o setor industrial mostrou uma expansão de 7,5%, com resultados positivos em quatro das quatro grandes categorias econômicas analisadas. Em setembro a categoria que mostrou maior dinamismo foi bens de capital (38,2%) e bens de consumo duráveis (13,1%). Os segmentos de bens intermediários (5,9%) e de bens de consumo semi e não-duráveis (2,5%) também assinalaram crescimento nos nove meses do ano, mas ambos com avanços abaixo da média da indústria (7,5%).

Gráfico 7 – Indicadores de produção industrial – outubro 2021.



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal – PIM,2021.
 Elaboração: GT Atividade Econômica USJT.

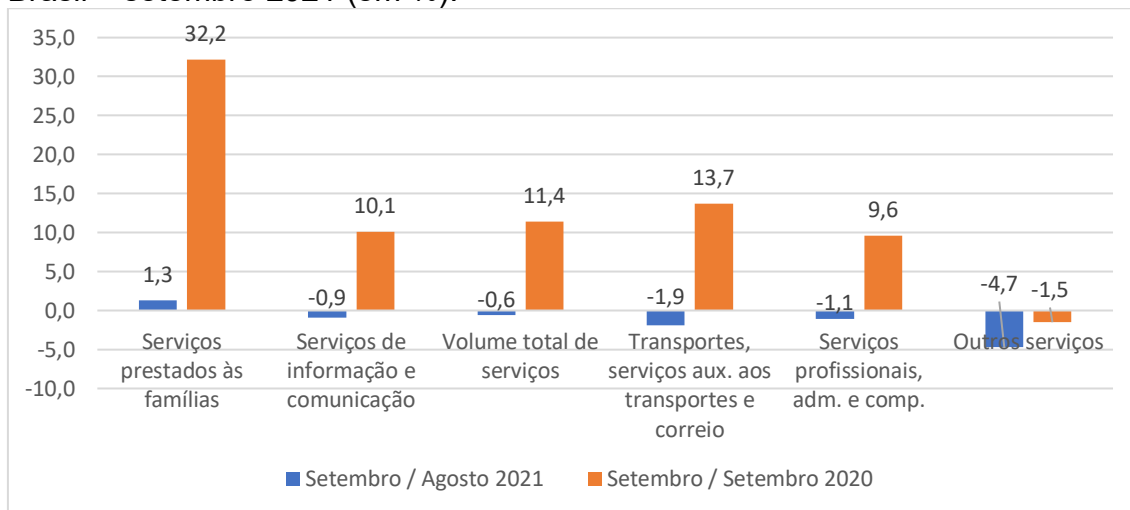
Serviços

Em setembro de 2021, na série com ajuste sazonal, o volume do setor de serviços no Brasil apresentou uma retração de 0,6% (Gráfico 1) em comparação com o mês anterior, interrompendo assim, um ganho de 6,2% entre abril e agosto. Com isso, o setor de serviços encurta o distanciamento com relação ao nível pré-pandemia, se encontrando em 3,7% acima de fevereiro de 2020, resultado inferior ao observado nos meses de julho (3,9%) e agosto (4,3%). No acumulado do ano, o setor de serviços apresentou uma expansão de 11,4% frente a igual período do ano anterior.

A retração de 0,6% do volume de serviços, observado na passagem de agosto para setembro de 2021, foi acompanhado por quatro das cinco atividades analisadas: dando destaque para os transportes (-1,9%), que registraram o resultado negativo mais intenso desde abril de 2020 (-19,0%). Os demais recuos vieram de outros serviços (-4,7%), de informação e comunicação (-0,9%) e de serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,1%). Em sentido oposto, o único resultado positivo foi com os serviços prestados às famílias (1,3%), emplacando o sexto avanço seguido, acumulando 52,5% de crescimento.

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o volume do setor de serviços avançou 11,4%, esse resultado registrou a sétima taxa positiva seguida. O resultado mostrou crescimento em quatro das cinco atividades divulgadas (Gráfico 9) e contou ainda com o crescimento em 74,7% dos 166 tipos de serviços investigados. Entre os setores, o setor de transporte, serviços auxiliares aos transportes de correio (13,7%) e o de serviços de informação e comunicação (10,1%) foram as principais contribuições positivas sobre o volume total de serviços. Os demais avanços vieram de serviços profissionais, administrativos e complementares (9,6%) e de prestados às famílias (32,2%). A única taxa negativa ficou com o setor de outros serviços (-1,5%).

Gráfico 8 - Variação Mensal do Setor de Serviços com Ajuste Sazonal Brasil – setembro 2021 (em %).



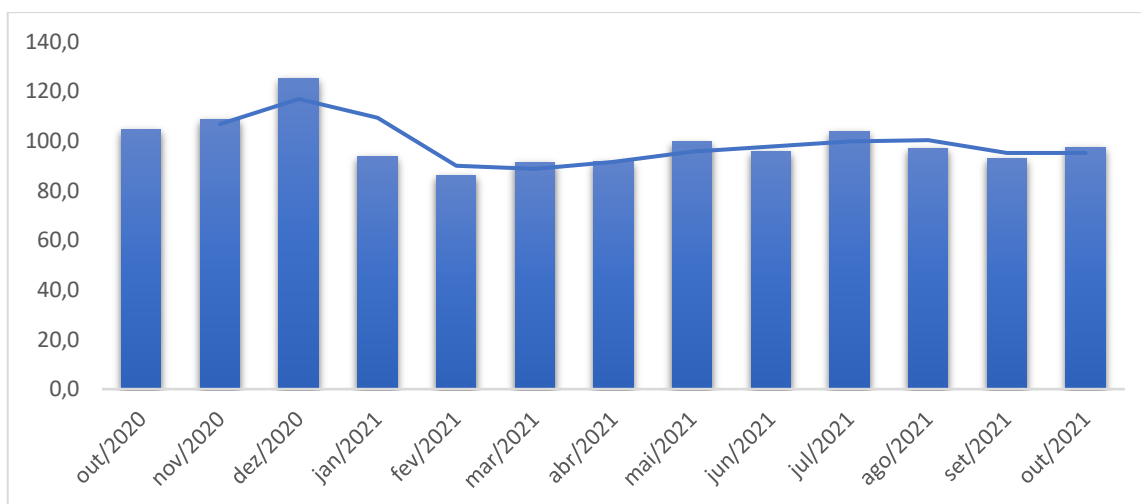
Fonte: IBGE- Pesquisa Mensal de Serviços, 2021.
 Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT.

Comércio

Em outubro de 2021, o volume de vendas do comércio varejista mostrou recuo de 0,1%, frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais. Com isso, a média móvel trimestral para o varejo, mostrou queda de 1,8% no trimestre encerrado em outubro.

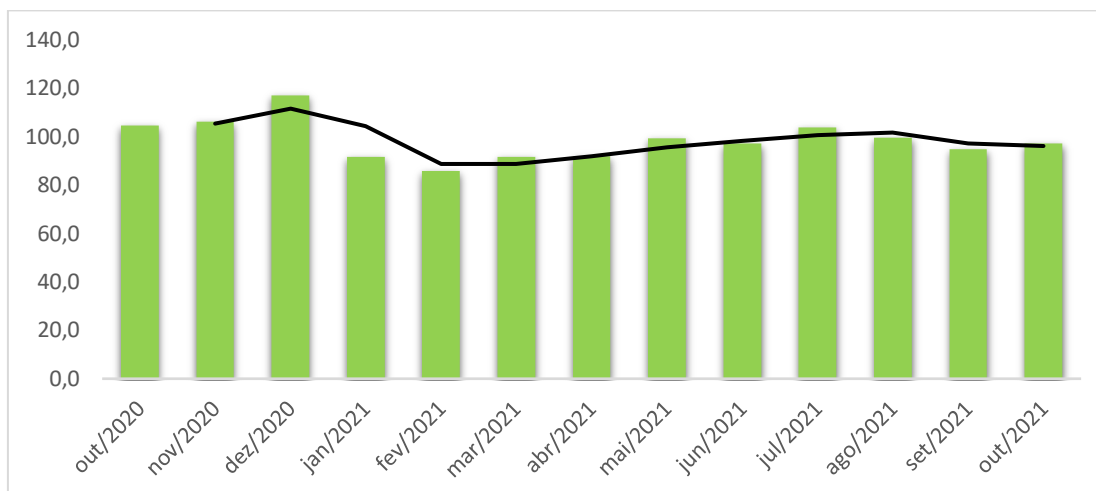
O comércio varejista ampliado apresentou recuo de 0,9% em relação a setembro de 2021. A média móvel do trimestre encerrado em outubro (-1,7%) mostra ascendência de queda no ritmo de vendas.

Gráfico 9 – Volume de Vendas do Varejo - com ajuste sazonal - Índice de base fixa e média móvel trimestral - outubro 2021.



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio – PMC, 2021.
 Elaboração: GT Atividade Econômica USJT.

Gráfico 10 – Volume de Vendas do Varejo Ampliado - com ajuste sazonal -Índice de base fixa e média móvel trimestral - outubro 2021.



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio – PMC,2021.

Elaboração: GT Atividade Econômica USJT

No confronto com igual mês do ano anterior, o comércio varejista assinalou queda de 7,1% em outubro. No ano, o varejo segue registrando aumento: no período de janeiro a outubro foi de 2,6%. O indicador acumulado nos últimos doze meses registrou, taxa positiva de 2,6%, sinalizando redução no ritmo de vendas.

O comércio varejista ampliado, frente a outubro de 2020, registrou queda de 7,1%. Assim, o varejo ampliado obteve 6,3% no indicador acumulado no ano de 2021 contra 8,1% no mês anterior. O indicador acumulado nos últimos doze meses, apresentou uma taxa positiva de 5,7% até outubro, mas apontou uma desaceleração no ritmo de vendas.

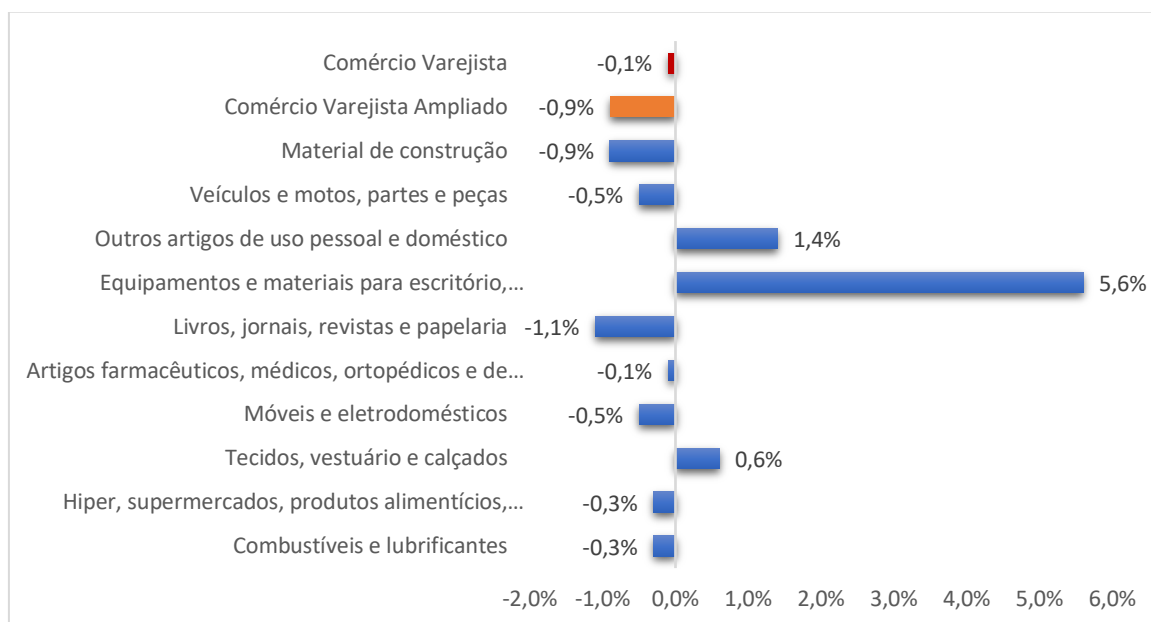
Resultados Setoriais

O recuo de 0,1% no volume de vendas do comércio varejista na passagem de setembro para outubro de 2021, teve predominância de taxas negativas, atingindo cinco das oito atividades analisadas, sendo elas: Livros, jornais, revistas e papelaria (-1,1%), Móveis e eletrodomésticos (-0,5%), Combustíveis e lubrificantes (-0,3%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,3%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-0,1%). Por outro lado, três atividades apresentaram crescimento: Tecidos, vestuário e calçados (0,6%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (1,4%) e Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (5,6%).

Considerando o comércio varejista ampliado, a atividade de Veículos, motos, partes e peças registrou queda de 0,5% entre setembro e outubro e Material de construção caiu 0,9%, ambos, respectivamente, após variação negativa de 1,7% e de 1,0% registrados no mês anterior.

Frente a igual mês do ano anterior, o comércio varejista recuou 7,1%, com todas as oito atividades com taxas no campo negativo: Móveis e eletrodomésticos (-22,1%), Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-11,0%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-7,2%), Combustíveis e lubrificantes (-7,7%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-5,6%), Livros, jornais, revistas e papelaria (-7,9%) e Tecidos, vestuário e calçados (-2,0%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-0,2%). As atividades adicionais contabilizadas no comércio varejista ampliado registraram: -4,0% para Veículos e motos, partes e peças e -13,7% para o setor de Material de construção.

Gráfico 11 – Variação percentual das atividades do comércio – outubro 2021.



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio – PMC, 2021.
Elaboração: GT Atividade Econômica USJT.

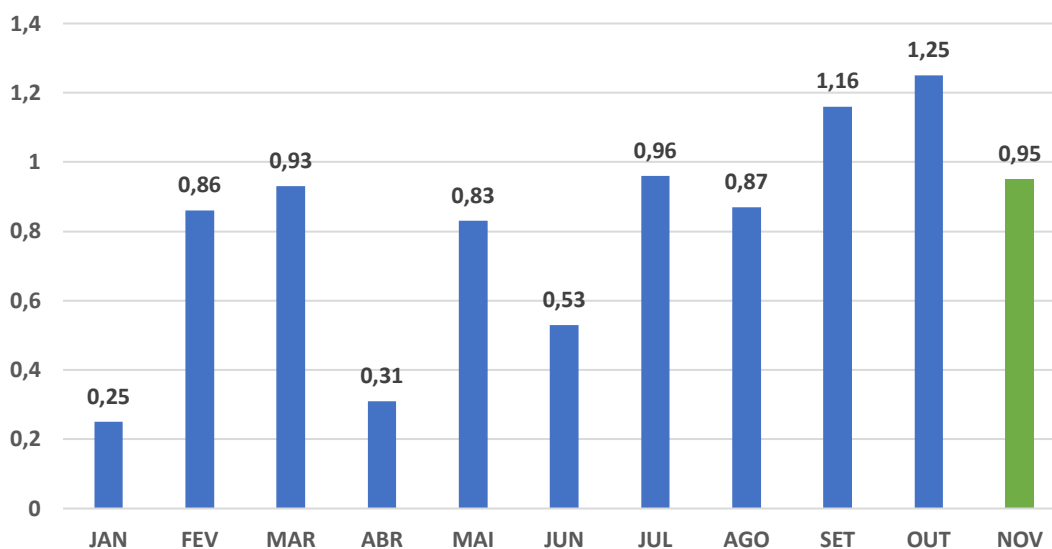
2. Inflação e Preços

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA IBGE

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é um índice de inflação que tem como objetivo medir a variação dos preços de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias. Atualmente, a população-objetivo do IPCA abrange as famílias com rendimentos de 1 a 40 salários-mínimos.

No mês de novembro, o índice geral apresentou alta de 0,95% em relação ao mês anterior, interrompendo a escalada que vinha acontecendo desde setembro, quando o índice ultrapassou o famigerado valor de 1% ao mês. Para o cálculo do índice deste mês de novembro, foram obtidos dados entre os dias 29 de outubro e 29 de novembro.

Gráfico 12. Variação mensal ao longo do ano (em %) - novembro de 2021.



Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, 2021.
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT.

No que concerne aos índices regionais, quinze das dezesseis regiões pesquisadas apresentaram alta em novembro. A menor variação positiva ficou com a região de São Luís, no estado do Maranhão, onde o índice subiu 0,73%, com destaque para a expressiva queda de 2,02% no grupo Saúde e Cuidados Pessoais. Em Campo

Grande, no Mato Grosso do Sul, a elevação observada foi de 1,47%, maior entre todas as cidades analisadas; ainda nessa cidade, o grupo Transportes se destaca com elevação de 4,49%. A única região onde houve deflação foi em Belém, no Pará, com queda de 0,03%. É sempre importante ressaltar que o índice geral é composto por grupos que tem pesos diferentes.

Tabela 2 IPCA-IBGE. Variação mensal por capital. Brasil – novembro de 2021.

Região	Variação (%)
Brasil	0,95
Belém (PA)	-0,03
Fortaleza (CE)	1,06
Recife (PE)	1,02
Salvador (BA)	1,42
Belo Horizonte (MG)	0,92
Grande Vitória (ES)	1,01
Rio de Janeiro (RJ)	0,88
São Paulo (SP)	0,86
Curitiba (PR)	1,07
Porto Alegre (RS)	0,96
Rio Branco (AC)	0,82
São Luís (MA)	0,73
Aracaju (SE)	0,92
Campo Grande (MS)	1,47
Goiânia (GO)	1,39
Brasília (DF)	1,04

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, 2021.
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT.

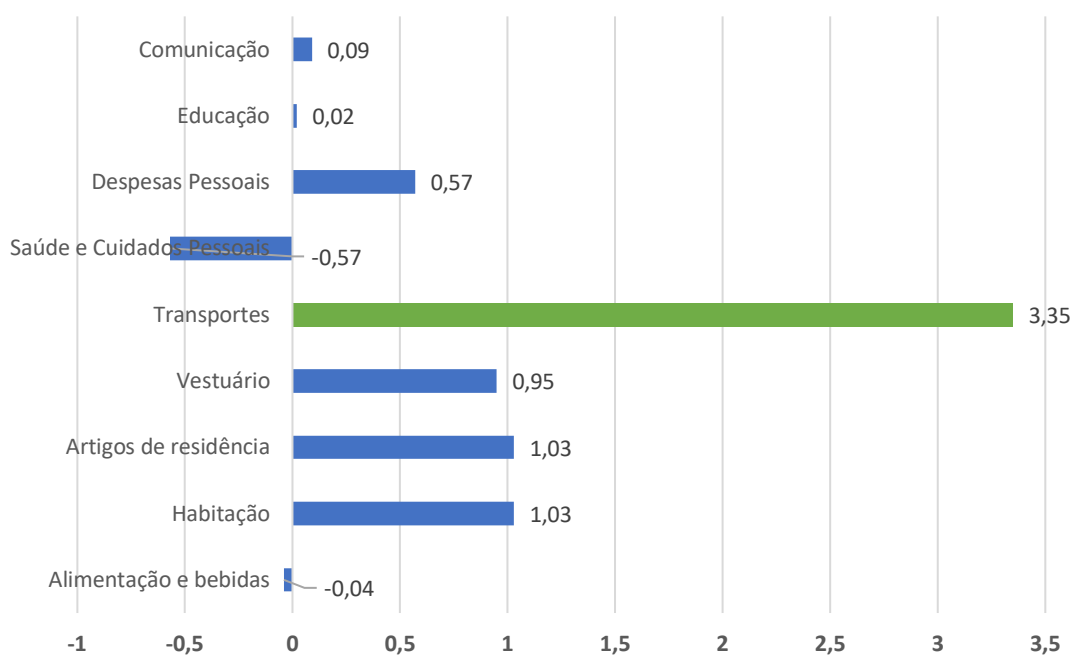
Entre os grupos de bens e serviços que compõe o Índice Geral do IPCA, as variações Entre os grupos de bens e serviços que compõe o Índice Geral do IPCA, as variações positivas ocorreram em sete grupos: Transportes (3,35%), Habitação (1,03%), Artigos de residência (1,03%), Vestuário (0,95%), Despesas Pessoais (0,57%), Comunicação (0,09%) e Educação (0,02%). As variações negativas ocorreram nos grupos Saúde e Cuidados Pessoais (-0,57%) e Alimentação e bebidas (-0,04%).

Se destacando dos outros, a variação do grupo Transportes é explicada pela alta nos subgrupos de combustíveis - Etanol (10,53%), Combustível (7,74%), Óleo diesel (7,48%) e Gasolina (7,38%). Os Transporte por aplicativo também tiveram uma variação positiva (6,77%). Todos esses grupos tiveram seguidas elevações nos

últimos meses, sendo a política de preços da Petrobrás, que acompanha a cotação do petróleo pelos mercados internacionais, o fator chave para explicar tais elevações.

Alimentação e bebidas (-0,04%) “surpreendeu” positivamente e empurrou o índice para baixo, dado seu peso no índice, sua dominância no orçamento familiar das famílias mais pobres e seu resultado negativo no mês.

Gráfico 13 – IPCA – IBGE Variação percentual mensal por grupos
Brasil - novembro de 2021 (em %).



Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, 2021.
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT.

Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna IGP-M- FGV

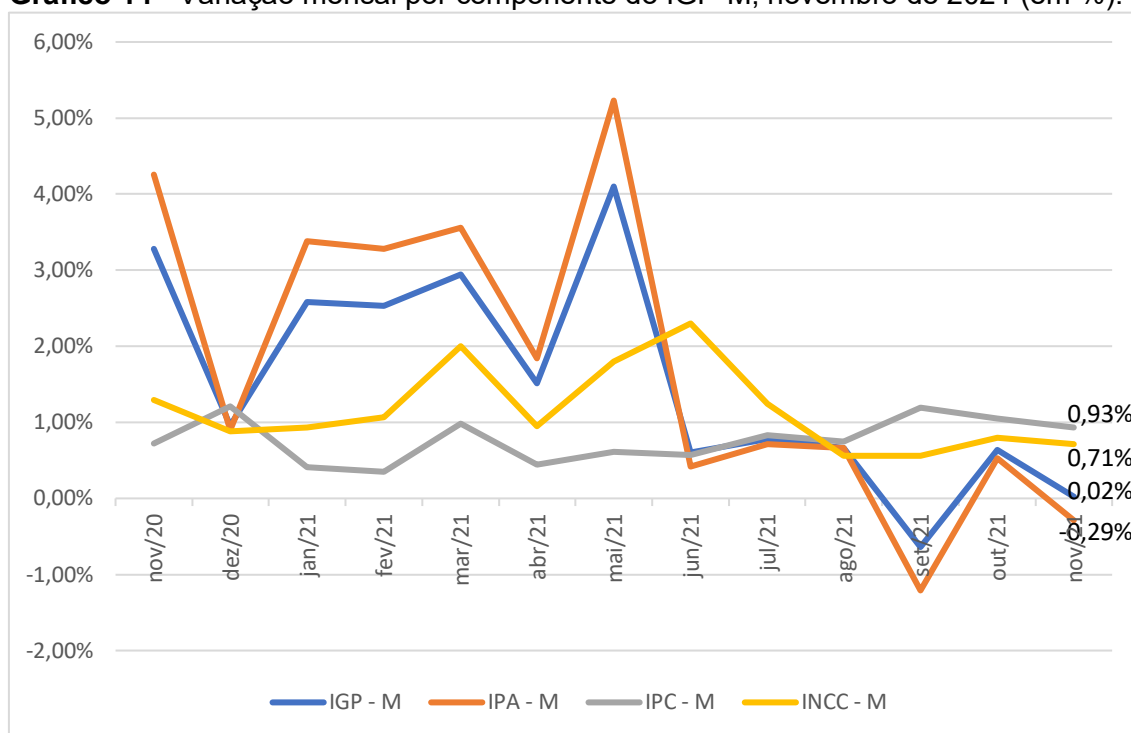
Em novembro de 2021 o IGP-M apresentou uma alta de apenas 0,02% contra 0,64% do mês anterior. Este resultado trouxe um acumulado de 16,77% no ano e de 17,89% em 12 meses; em uma comparação com o mesmo mês de 2020, o IGP-M estava por volta de 3,28% e em um acumulado de 24,52% em 12 meses. Vale ressaltar que apesar de efeitos sazonais e a própria questão do aumento do combustível, as commodities (em grande parte ferro, soja e milho) influenciaram para que o índice apresentasse uma menor variação percentual em relação a outubro de 2021.

Em uma análise mais sucinta, nota-se que em novembro de 2021 os componentes do IGP-M apresentaram uma queda relativa. No mês, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) variou apenas 0,29% ante os 0,53% do mês anterior; como um dos principais resultados para a queda do índice tivemos o grupo dos alimentos processados, cuja variação passou de 0,92% para -0,50%. Por outro lado, como citado anteriormente, os combustíveis e seus derivados influenciaram uma alta no grupo dos bens intermediários na qual passou de 2,65% para 3,38% em novembro. Quando observado o grupo de matéria-prima bruta tivemos uma queda mais intensa com a colaboração de algumas commodities, como: minério de ferro (-8,47% para -15,15); soja em grão (0,18% para -2,85); e leite in natura (0,74% para -6,83%).

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) variou, em novembro, 0,93% após ter subido 1,05% em outubro. A principal contribuição para queda do índice foi obtida no grupo de educação e leitura e recreação juntamente ao comportamento da passagem aérea. Um dos únicos grupos que, neste índice, apresentaram alta foi o de setor de transporte, o que se pode levar em conta devido ao aumento dos combustíveis.

No cenário do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) houve uma variação de 0,71% em novembro, ante uma variação de 0,80% no mês antecedente. Os índices que puxaram foram: materiais e equipamentos (1,68% para 1,23%), serviços (0,36% para 0,49%) e mão de obra (0,10% para 0,28%).

Gráfico 14 - Variação mensal por componente do IGP-M, novembro de 2021 (em %).

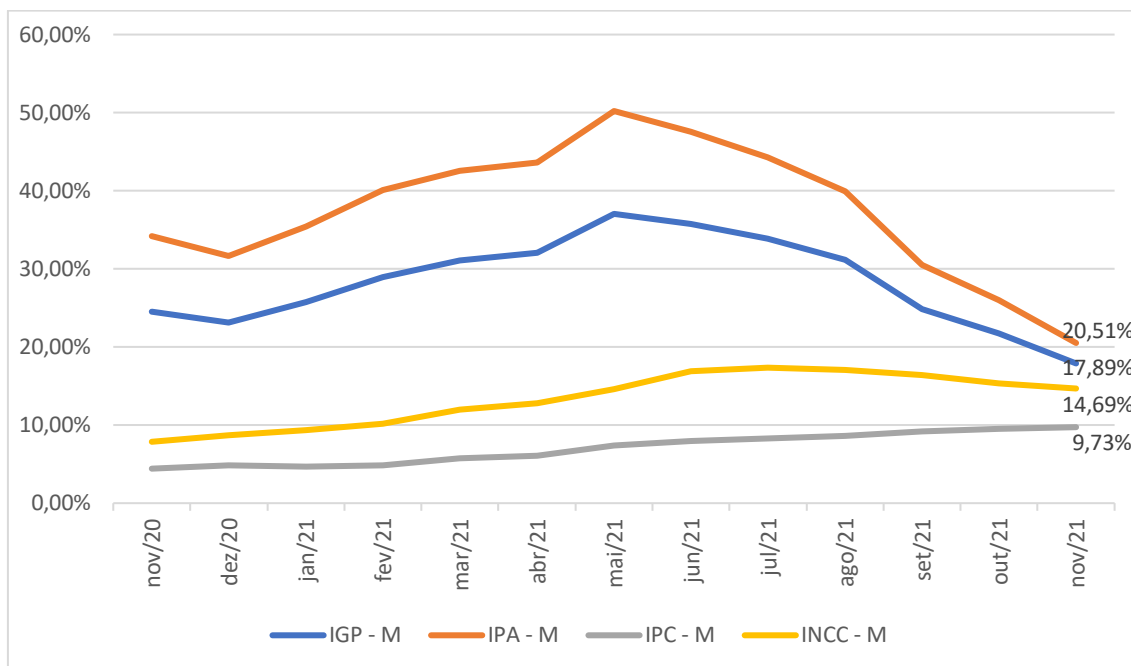


Fonte: FGV, 2021.

Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT.

O acumulado em 12 meses do IGP-M ficou em 17,89%, seguindo a trajetória de redução desde maio de 2021 quando o índice atingiu a marca de 37,04%. O acumulado do IPA-M chegou a 20,51%, também em queda após atingir o maior valor desde o Plano Real em maio de 2021 com mais de 50%. O INCC e o IPC apresentam acumulados um pouco menores, também em declínio, mas ainda em patamar elevado, com 14,6% e 9,7% respectivamente.

Gráfico 15 – Variação acumulada em 12 meses por componente do IGP-M, outubro de 2021 (em %).



Fonte: FGV – IBRE, 2021.
 Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT.

A retração nos acumulados em 12 meses tem como motivo principalmente a queda e do preço das *commodities*, como é o caso do minério de ferro, por exemplo. Recentemente o que vem contribuindo para que o índice ainda permaneça em patamares relativamente alto é a variação do preço dos combustíveis e a tarifa elétrica, o que de certa forma impacta todo o resto da cadeia produtiva

Tabela 4 – Principais influências positivas e negativas dos componentes do IGP-M. Brasil – Novembro de 2021

Discriminação	Variação Percentual	
	Mês anterior	Mês atual
Maiores Influências Positivas		
Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA)		
Óleo Diesel	6,61	9,96
Gasolina automotiva	2,79	10,17
Aubos ou fertilizantes	9,02	9,50
Café (em grão)	10,19	7,79
Cana-de-açúcar	2,93	2,72
Índice de Preços ao Consumidor (IPC)		
Gasolina	2,05	7,14
Tomate	20,93	14,14
Gás de bужão	3,61	2,75
Batata-inglesa	8,72	14,23

Etanol	3,20	9,15
Índice Nacional do Custo da Construção (INCC)		
Elevador	0,94	2,03
Condutores elétricos	-0,49	4,26
Argamassa	1,02	2,15
Massa de concreto	2,12	1,79
Ajudante especializado	0,13	0,30
Maiores Influências Negativas		
Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA)		
Minério de ferro	-8,47	-15,15
Soja (em grão)	0,18	-2,85
Milho (em grão)	-4,52	-5,00
Bovinos	-5,92	-4,39
Leite in natura	0,74	-6,83
Índice de Preços ao Consumidor (IPC)		
Leite tipo longa vida	0,16	-2,56
Mamão papaya	13,35	-10,55
Banana-prata	2,41	-4,58
Costela bovina	0,00	-2,53
Carne moída	0,83	-2,13
Índice Nacional do Custo da Construção (INCC)		
Tubos e conexões de ferro e aço	-1,55	-1,19

Fonte: FGV – IBRE, 2021.

Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT.

Cesta Básica

Índice da Cesta Básica é divulgado mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e tem como objetivo mensurar a variação dos preços dos alimentos consumidos pela população em 17 capitais do país de acordo com os alimentos e quantidades estipuladas no decreto-lei Nº 399, de 30 de abril de 1938.

No mês de novembro foi registrado um aumento do valor da cesta básica em nove capitais, os maiores aumentos foram em Recife (8,13%), Salvador (3,76%), João Pessoa (3,62%) e Natal (3,25%). Contudo, houve uma redução da cesta básica em

algumas das capitais, as quedas mais significativas foram em Brasília (-1,88%), Campo Grande (-1,26%) e no Rio de Janeiro (-1,22%).

Em uma breve comparação com os preços do índice no mesmo mês no ano de 2020, houve um aumento em todas as capitais, as maiores variações de preços foram registrados em Curitiba (16,75%), Florianópolis (15,16%), Natal (14,41%), Recife (13,34%) e Belém (13,18%). Fatores que impulsionaram os preços das cestas básicas no mês de novembro foram os aumentos de preços em produtos como: O café em pó que teve um aumento entre 9,46% a 23,63% em todas as capitais; o Açúcar que apresentou um aumento em 16 cidades, com variações entre 0,51% a 7,24%; e o óleo de soja que também apresentou um aumento em 16 cidades, as variações oscilaram entre 4,16% a 5,64%.

Houve queda no arroz em 15 cidades brasileiras com recuo entre -5,54% a -2,79%; o leite recuou em 13 cidades de -4,84% a -3,12%; o feijão ficou mais barato entre -4,97 a -0,13% em todas as cidades estudadas; a carne teve um recuo de preços em 11 cidades de -2,75% a 0,76%.

Tabela 5 – Custo e variação da cesta básica em 17 capitais - Brasil – novembro de 2021.

	Setembro		Outubro		Novembro	
	Nº de cidades afetadas	Maiores Variações	Nº de cidades afetadas	Maiores Variações	Nº de cidades afetadas	Maiores Variações
Açúcar	Aumento em todas as cidades	7,94% a 11,96%	Aumento 15 cidades	-0,25% a 7,02%	Aumento em 16 cidades	0,51% a 7,24%
Arroz	Recuo em 10 cidades	-0,44% a -5,79%	-	-	Recuo em 15 cidades	-5,54% a -2,79%
Banha/Óleo	Aumento em 15 cidades	0,37% a 3,40%	Aumento em 13 cidades	-0,49 a 3,22%	Aumento em 16 cidades	4,16% a 5,64%
Batata	-	-	Aumento em 10 cidades	15,51% a 33,78%	-	-
Café em pó	Aumento em 16 cidades	9% a 15,69%	Aumento em 16 cidades	10,14% a 9,78%	Aumento em todas as cidades	9,46% a 23,63%
Carne	Aumento em 11 cidades	-0,79% a 4,64%	Recuo em 9 cidades	-1,17% a 3,65%	Recuo em 11 cidades	-2,75% a -0,76
Farinha	-	-	-	-	-	-
Feijão	Recuou em 13 cidades	-0,24% a -1,93%	Recuo em 11 cidades	-2,73% a 1,46%	Recuo em todas as capitais	-4,97% a -0,13%
Frutas (Banana)	-	-	-	-	-	-
Legumes (Tomate)	-	-	Aumento em 16 cidades	55,54% a 32,69%	-	-
Leite	Aumento em 11 cidades	2,19% a 2,55%	Aumento em 11 cidades	1,78% a 2,98%	Recuo em 13 cidades	-4,84% a -3,12%
Manteiga	Aumento em 12 cidades	3,28% a 5,45%	Aumento em 11 cidades	2,27% a 5,18%	-	-
Pão francês	Aumento em 14 cidades	0,14% a 2,53%	-	-	-	-

Fonte e Elaboração: DIEESE – Pesquisa Nacional de Cesta Básica – setembro de 2021,

Segundo o DIEESE a cesta básica comprometeu cerca de 58,95% do salário mínimo líquido estimado pela média de preços de todas as capitais e o tempo médio de trabalho para conseguir uma cesta básica ficou em 119 horas e 58 minutos.

3. Mercado de Trabalho

Os indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativo ao trimestre móvel encerrado em setembro de 2021, mostram que a reabertura das atividades econômicas devido ao relaxamento ou suspensão das medidas de restrição à circulação de pessoas, principalmente nos comércios, bares e restaurantes, atividades culturais e escolares, permitidas com o avanço da cobertura vacinal, já está impactando o mercado de trabalho.

Em relação ao trimestre imediatamente anterior, a taxa de desocupação caiu 2,3 p.p., passando de 14,9% para 12,6%, já em relação ao mesmo trimestre do ano anterior a variação é um pouco menor (1,6 p.p.). O nível de ocupação que também aumentou nas duas comparações, do trimestre atual em relação ao anterior, de abril a junho, o aumento foi de 2 p.p. e em relação ao mesmo período do ano passado, o aumento foi de 5,1 p.p.

A taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, de julho a setembro de 2021 em comparação com o mesmo período de 2020 foram respectivamente, 21,3% e 19,9%, totalizando um decréscimo de 1,4 p.p. e em comparação com o trimestre anterior, de abril a junho, que foi de 21,6%, a diferença foi de 1,7p.p. A tabela 6 mostra esses dados.

Tabela 6 - Taxa de variação de desocupação, ocupação, subutilização e participação na força de trabalho por trimestre.

Taxas (%)	jul-ago- set/2020	abr-mai jun/2021	jul-ago- set/2021	Var % Trimestre Anterior	Var % Ano Anterior
Taxa de Desocupação	14,9	14,2	12,6	-1,6	-2,3
Nível da ocupação	49	52,1	54,1	2,0	5,1
Taxa de participação na força de trabalho	57,6	60,8	61,9	1,1	4,3
Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas	21,3	21,6	19,9	-1,7	-1,4

Fonte: IBGE – PNAD Contínua ,2021.
 Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT.

A força de trabalho, que é formada pelas pessoas ocupadas e as desocupadas que podem assumir um emprego em prazo de 30 dias, aumentou em comparação com mesmo período do ano anterior, 8,6% e em comparação com o

trimestre imediatamente anterior, aumentou 2,1%, mostrando o efeito da retomada das atividades.

O nível de ocupados, que são classificados como quem trabalhou pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado, ou não, e também as que estão temporariamente afastadas na semana de pesquisa, aumentou 11,4% em comparação com mesmo período do ano anterior e com relação ao trimestre anterior, o aumento foi de 4%. A população fora da força de trabalho também diminuiu em relação aos dois períodos, primeiro em relação ao ano anterior que foi 9,4% e em relação ao trimestre anterior, a queda foi de 2,7%. A população desocupada totalizou 13,4 milhões de pessoas, um recuo de 9,3% em relação ao trimestre imediatamente anterior e -7,8% na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano de 2020. Esses dados podem ser vistos na Tabela 7.

Tabela 7 - Indicadores por condição em relação à força de trabalho e condição na ocupação (Mil pessoas).

Total	jul-ago-set/2020	abr-mai-jun/2021	jul-ago-set/2021	Var % Trimestre Anterior	Var % Ano Anterior
Na força de trabalho	98.037	104.216	106.430	2,1%	8,6%
Ocupados	83.439	89.384	92.976	4,0%	11,4%
Desocupados	14.598	14.832	13.453	-9,3%	-7,8%
Fora da força de trabalho	72.234	67.270	65.456	-2,7%	-9,4%

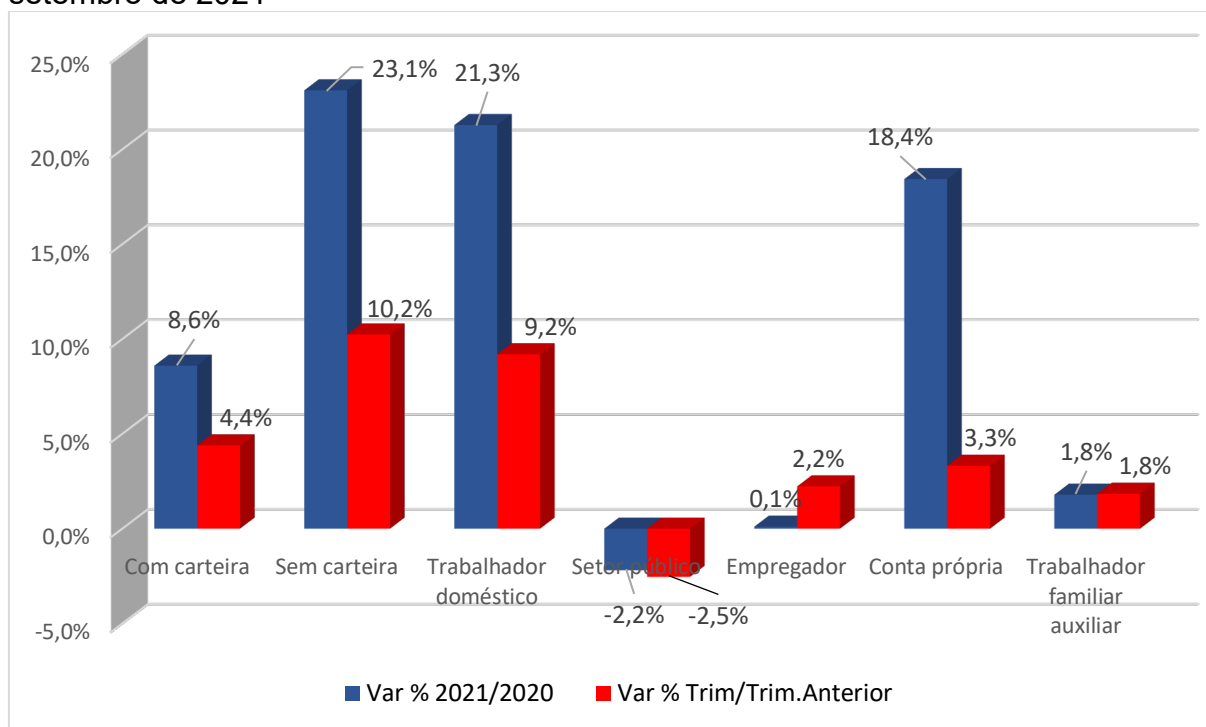
Fonte: IBGE – PNAD Contínua ,2021.
 Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT.

Ocupações

A recuperação das mercado de trabalho não ocorreu em todos as formas de ocupação. O setor público apresentou redução tanto em relação ao trimestre imediatamente anterior (- 2,5%) como na comparação com mesmo período do ano de 2020 (-2,2%), Na comparação com 2020 as maiores altas são: no empregado sem carteira assinada (23,1%), trabalhador doméstico (21,3%) e conta própria (18,4%), mas em números absolutos de pessoas se destaca o conta própria, com quase 3,9 milhões de pessoas, seguido pelos empregados com carteira e sem carteira assinada,

ambos com cerca de 2,6 milhões e 2,2 milhões de pessoas, respectivamente. Esses dados estão no gráfico 16.

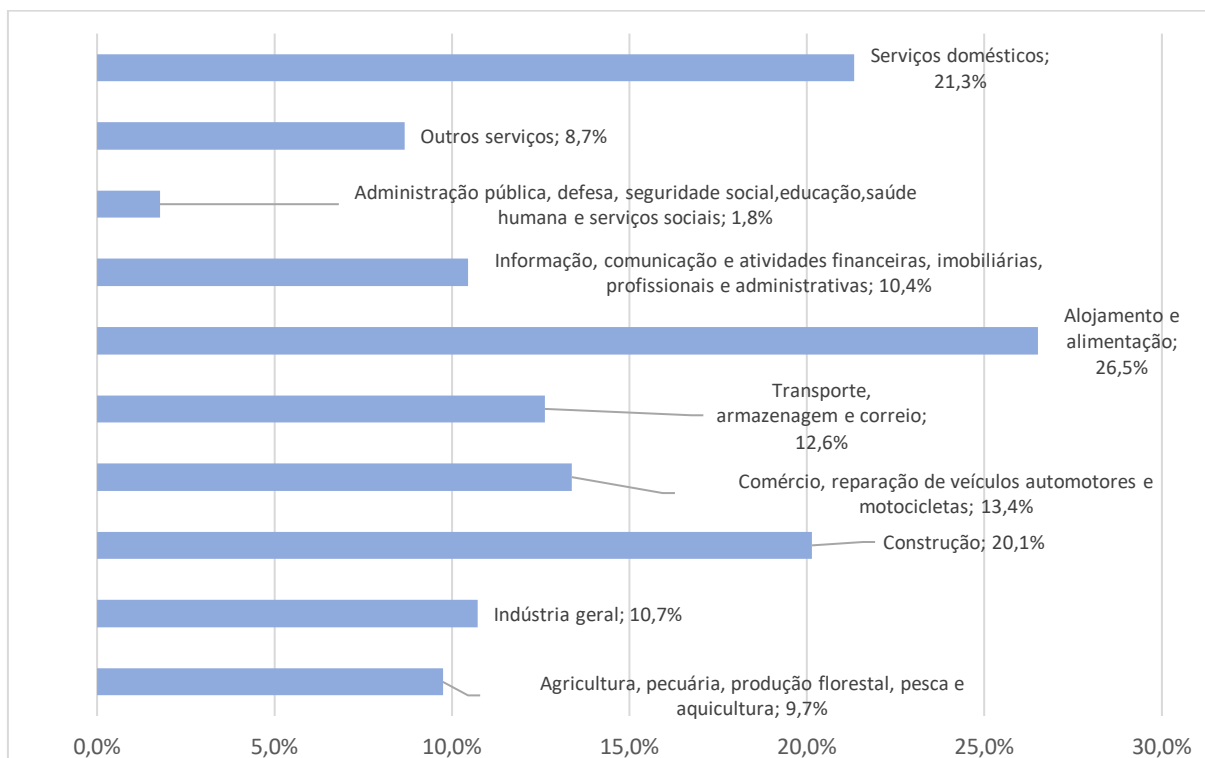
Gráfico 16 - Variação percentual da ocupação por posição – julho, agosto e setembro de 2021



Fonte: IBGE – PNAD Contínua ,2021
 Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT.

Os dados do gráfico 17 mostram que entre os setores de atividade econômica, se destacam, na comparação com o mesmo trimestre de 2020 alojamento e alimentação (26,5%) e Serviços Domésticos (21,3%) a Construção (20,1%). Em número de pessoas o Comércio segue à frente com 2,1 milhões de pessoas, seguido pela Construção (1,2 milhão). Em relação ao trimestre imediatamente anterior o destaque é também a Construção (1,2 milhão ou 7,8%), o único recuo foi na Administração Pública (-171 mil).

Gráfico 17- Variação percentual da ocupação por posição julho, agosto e setembro de 2021

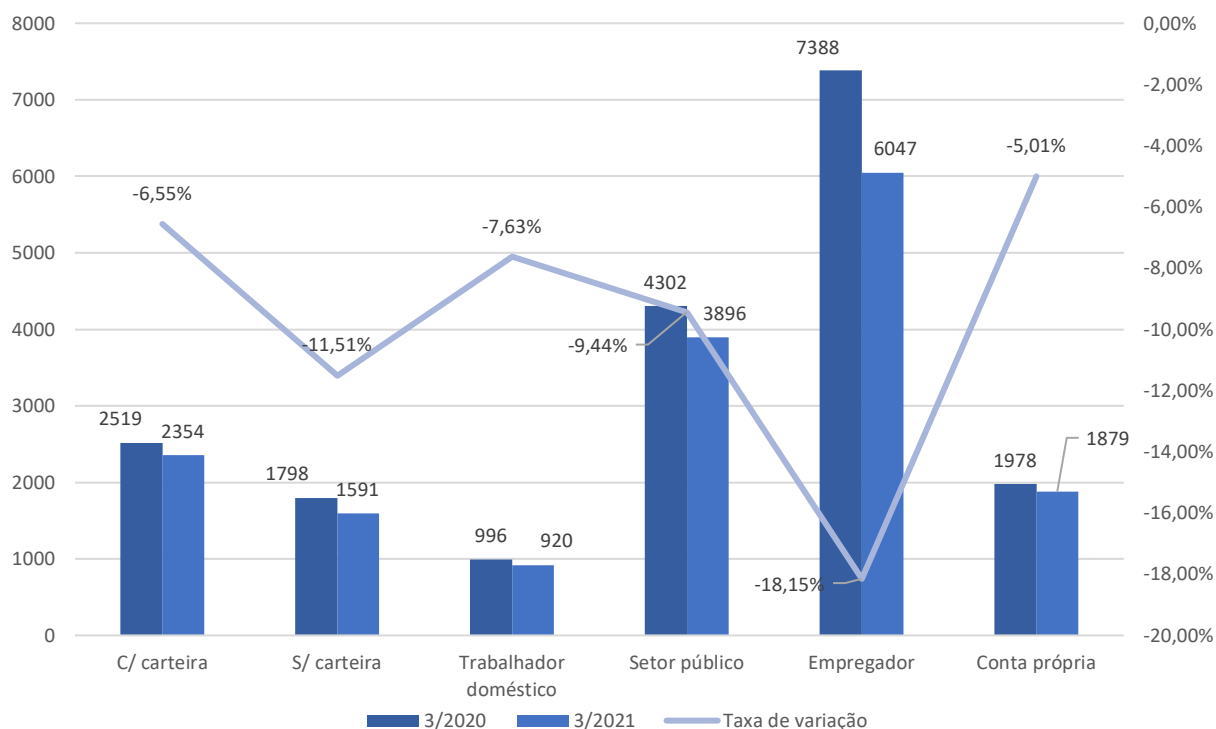


Fonte: IBGE – PNAD Contínua, 2021.
 Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

Rendimentos

O rendimento real médio caiu para todas as ocupações na comparação com o mesmo semestre do ano anterior. Na média geral a redução foi de -9,72%, uma queda de R\$ 382,33. Com redução também na casa dos dois dígitos tiveram os empregadores (-18,15%, ou R\$ 1341,00) e os empregados no setor privado sem carteira assinada (-11,51%, ou R\$ 207,00). Quedas expressivas ocorreram também para o trabalhador do setor público (-9,44% ou R\$ 406,00). O gráfico 18 mostra os dados de rendimento das principais ocupações.

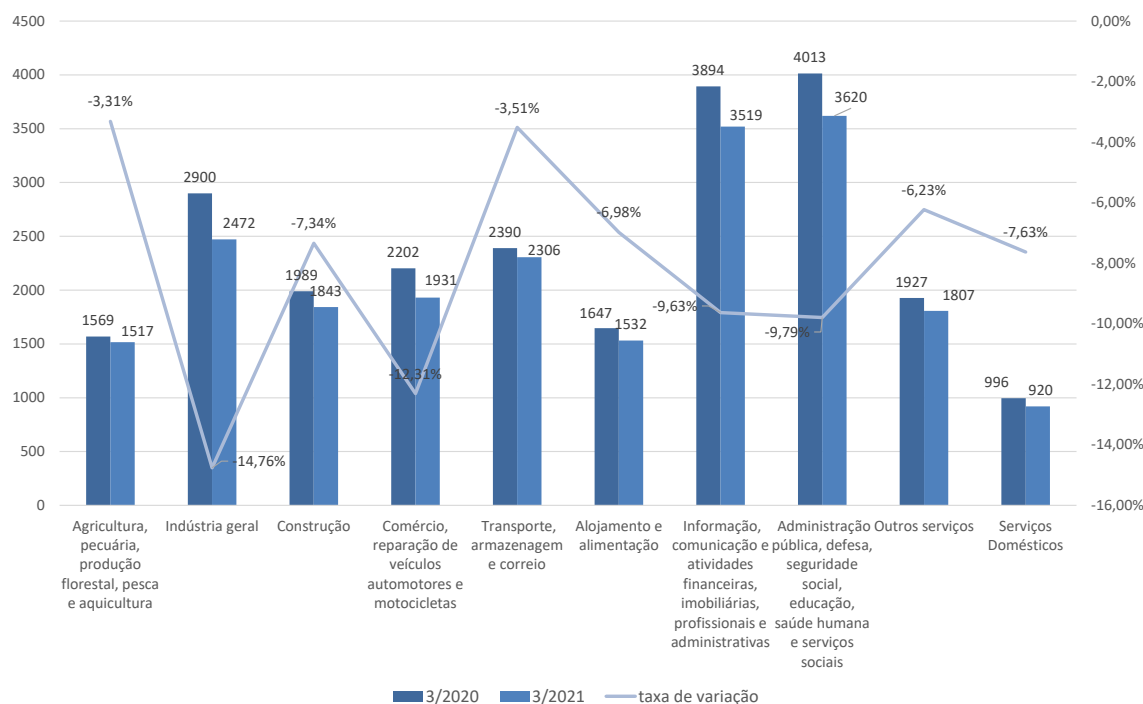
Gráfico 18: Rendimento real médio por posição na ocupação julho, agosto e setembro de 2021.



Fonte: IBGE – PNAD Contínua, 2021.
 Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT.

O rendimento médio por setor de atividade observou-se comportamento semelhante com quedas em todos os setores de ocupação. As quedas foram encabeçadas pela Indústria Geral (-14,8%), Alojamento e Alimentação (-11,6%) e Outros Serviços (-10,1%). A menor queda foi na Agricultura e Pecuária (-0,9%) seguida pela Transporte, Armazenagem e Correio (-6,9%). Esses dados estão no gráfico 19.

Gráfico 19 - Rendimento médio real por setor de atividade trimestre julho, agosto e setembro de 2021.



Fonte: IBGE – PNAD Contínua ,2021.
 Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

Novo Caged

De acordo com os últimos dados divulgados pelo Novo Caged (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego) em outubro de 2021, foram registrados 253.083 empregos formais (1.760.739 admissões e 1.507.656 desligamentos) no Brasil. A somatória anual aponta 2.645.974 de saldo positivo, decorrente de 17.209.495 de admissões e de 14.563.521 desligamentos. O estoque nacional, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, contabilizou 41.205.069, o que representa uma variação de 0,62% em relação ao estoque do mês anterior.

Em quase todos os setores da economia apresenta-se resultados positivos: em Serviços (+144.641), Comércio (+70.355), Indústria Geral (144.641), Construção Civil (+17.236) e Agropecuária (-5.844). Sob o recorte regional, temos a região sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), com (+) 5.844 postos, seguida por Sul e Nordeste, que subiram 52.938 postos (+0,69%) e 51.455 postos, (+0,78%), consecutivamente. A exemplo do Centro-Oeste (+17.554, postos, +0,50%) e do Norte (+8.734 postos, +0,45%). O saldo positivo ficou em 253.083 vagas e o salário médio admissional em R\$1.795,46. Em suma, o conjunto das 27 Unidades Federativas fechou o mês de outubro em boa progressão.

Tabela 8 – Caged - Saldo de empregos formas por Região e Setor Econômicos – outubro de 2021.

Grupamento de Atividades Econômicas	Região						Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Não identificado	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	566	1.275	-9.140	2.323	-1.680	812	-5.844
Indústria geral	1.450	7.393	6.853	11.078	-79	2	26.697
Indústrias de Transformação	1.411	6.644	5.289	10.935	-534	2	23.747
Construção	1.306	5.668	6.442	1.900	1.887	33	17.236
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	5.042	12.195	31.737	16.017	5.360	4	70.355
Serviços	370	24.924	85.517	21.620	12.066	144	144.641
Transporte, armazenagem e correio	621	3.533	6.533	2.823	257	1	13.768
Alojamento e alimentação	1.146	6.288	17.847	5.265	2.315	0	32.861
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	-564	10.342	45.992	8.977	6.409	102	71.258
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	-1.048	2.726	8.705	3.171	747	37	14.338
Serviços domésticos	-85	-1	42	-7	-3	0	-54
Outros serviços	300	2.036	6.398	1.391	2.341	4	12.470
Não identificado	0	0	0	0	0	-2	-2
Total	8.734	51.455	121.409	52.938	17.554	993	253.083

Fonte: Novo Caged.

OBS.: Cumpre informar que dentro do Grupamento Indústria geral está inclusa a subcategoria Indústrias de Transformação.

Mesmo seguindo a progressão dos nove meses anteriores, o saldo positivo de outubro é menor que o do mês passado, com uma diferença de 60.819 ofertas de empregos formais. Em síntese, os dados positivos do Caged contrastam fortemente com a taxa geral de desemprego do país, que foi de 12,6% no terceiro trimestre de 2021, atingindo 13,5 milhões de pessoas.

Reforma Trabalhista

No mês de outubro de 2021, houve 24.435 admissões e 14.987 desligamentos na modalidade de trabalho intermitente, gerando saldo total de 9.448 empregos que, por sua vez, envolveram 5.613 estabelecimentos contratantes. Nessa modalidade, 304 empregados celebraram mais de um contrato. Por outro lado, regime de tempo parcial, contou com 19.573 admissões e 14.964 desligamentos, totalizando saldo de 4.609 empregos que englobam, por fim, 60 empregados. Os desligamentos, mediante acordo entre empregadores e empregados, foram de 18.479, envolvendo 13.011 estabelecimentos, em um universo de 12.037 empresas. Deste cenário, houve 16 empregados que realizaram mais de um desligamento nessa configuração.

Do ponto de vista das atividades econômicas, o saldo de emprego na modalidade de trabalho intermitente distribuiu-se por Serviços (+6.236 postos), Comércio (+662 postos), Construção (+1.400 postos), Indústria geral (+1009 postos)

e Agropecuária (+141 postos); no regime de tempo parcial, distribuiu-se por Serviços (+3.510 postos), Indústria Geral (+556 postos), Comércio (+342 postos), Construção (+132 postos) e Agropecuária (+69 postos); dentro dos desligamentos por acordo, distribuíram-se Serviços (9.280), Comércio (4.236); Indústria geral (3.068), Construção (1.239) e Agropecuária (656).

4. Contas Públicas

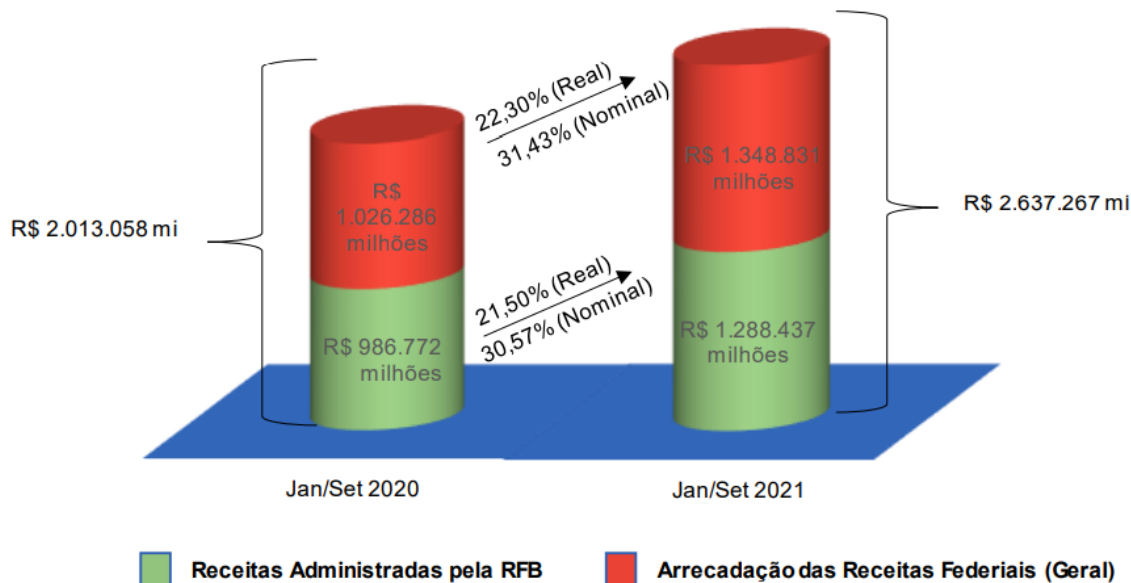
RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO

A arrecadação total das Receitas Federais, em setembro de 2021, atingiu o valor de R\$ 149.102 milhões, registrando um aumento real (IPCA) de 12,87% em relação ao mesmo período de setembro do ano anterior. No acumulado de janeiro a setembro de 2021, a arrecadação alcançou R\$ 1.348.831 milhões, representando um aumento real de 22,30% em relação ao mesmo período do ano anterior.

É importante observar que esse aumento real foi o melhor desempenho quando comparado com os anos desde 2000, tanto para o mês de setembro quanto para o período total acumulado. O mesmo acontece com os meses de fevereiro a maio de 2021. Quanto às Receitas Administradas pela RFB, o valor arrecadado pegando o período acumulado de janeiro a agosto de 2021 foi de R\$ 1.288.437 milhões a preços correntes, com um acréscimo real (IPCA) de 21,50%. Já o valor arrecadado no mês de setembro de 2021 foi de R\$145.078 milhões, apresentando um aumento real (IPCA) de 12,45% se comparando com o mesmo período de setembro de 2020, em relação a variação acumulado nominal teve um aumento de 23,97% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Entre os tipos de impostos, o IRPJ/CSLL teve uma arrecadação total R\$ 335.446 milhões apresentando um aumento nominal de 7,76% em relação ao mês anterior, o IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física) arrecadou R\$ 50.974 milhões onde apresenta um aumento de 10,94% em relação ao mês de agosto, o COFINS/PIS-PASEP teve um total arrecadado de R\$ 296.513 com um aumento de 12,16% se comparando com o mês de agosto, já o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) arrecadou um total de R\$ 35.477 milhões um aumento de 13,77% e por fim o IRRF – Rendimentos do Trabalho (Imposto de Renda Retido na Fonte) teve uma arrecadação de R\$ 107.943 milhões com um aumento de 12,03% se comparado ao mês de agosto do mesmo ano.

Gráfico 20 - Arrecadação acumulada das Receitas Federais jan-set/2020 e jan-set/2021.



Fonte: Receita Federal – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – 2021.
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT.

A Tabela 9 descreve a evolução da arrecadação administrada pela RFB – (em R\$ milhões), estabelecendo uma comparação entre jan-ago/2021 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 9 - Evolução da arrecadação administrada pela RFB – (em R\$ milhões).

Mês	Arrecadação das Receitas Federais (Total Geral) em R\$ milhões		Variação %	
	Janeiro/Setembro 2021	Janeiro/Setembro 2020	Nominal	Acumulado
Janeiro	180.221	174.991	2,99%	2,99%
Fevereiro	127.747	116.430	9,72%	5,68%
Março	137.932	109.718	25,72%	17,48%
Abril	156.822	101.154	55,03%	39,78%
Mai	142.106	77.415	83,56%	67,40%
Junho	137.169	86.258	59,02%	70,63%
Julho	171.270	115.990	47,66%	52,50%
Agosto	146.463	124.505	17,64%	32,12%
Setembro	149.102	119.825	24,43%	20,97%
Total	1.348.831	1.026.286	-	20,97%

Fonte: Receita Federal – 2021.
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT.

DESPESAS

Na área de despesas públicas o mês de outubro de 2021, segundo os dados do Portal da Transparência (2021) indicam que os maiores gastos estão relacionados ao serviço e refinanciamento da dívida (interna e externa) com um total aproximado de R\$ 1.8 trilhão (57,15%), seguida da Previdência social que corresponde R\$ 599,39 bilhões (18,22%); bem distantes estão os gastos de assistência social, com R\$ 129,08 bilhões, ou 3,92% do total. A despesas com Saúde e Educação aparecem com apenas R\$ 119,86 bilhões (3,92%) e R\$ 68,35 bilhões (2,08%), respectivamente.

Tabela 10 – Principais gastos por Área jan/out de 2021.

Categorias:	Valor em R\$:	Valor em %:
Previdência social	R\$ 599.392.405.134,09	18,22%
Assistência social	R\$ 129.088.959.636,60	3,92%
Saúde	R\$ 119.865.128.146,41	3,64%
Educação	R\$ 68.353.783.890,60	2,08%
Defesa nacional	R\$ 54.242.717.416,11	1,65%
Dívida Interna	R\$ 1.879.718.991.704,49	57,15%
Outros:	R\$ 438.507.090.131,73	13,33%
TOTAL:	R\$ 3.289.169.076.060,03	100,00%

Fonte: Portal da Transparência – Despesas Públicas,2021.
 Elaboração: GT Contas Públicas USJT

Gráfico 21 – Despesas em percentual – jan/outubro 2021.



Fonte: Portal da Transparência – Despesas Detalhadas
 Elaboração: GT Contas Públicas USJT

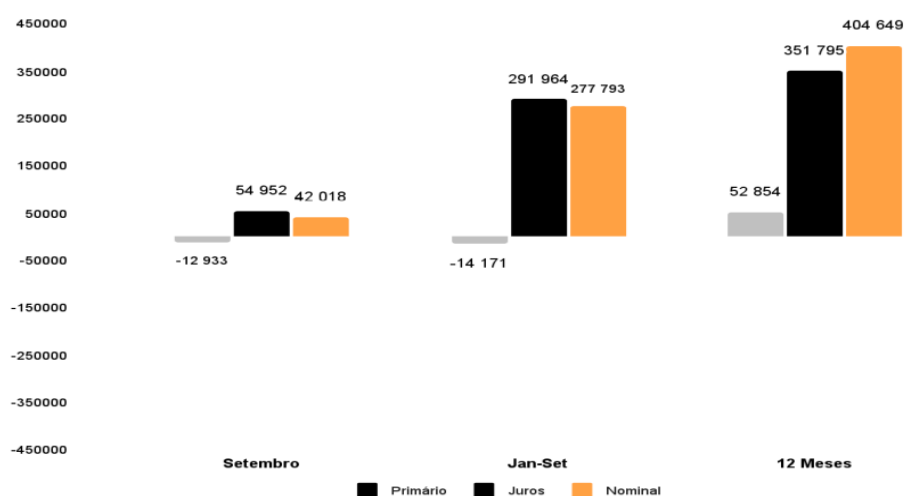
DÍVIDA PÚBLICA

Em setembro de 2021, o setor público consolidado apresentou o registro de dados de um superávit primário de R\$12,9 bilhões, anteriormente um déficit de R\$64,6 bilhões. Houve um registro de superávit primário de R\$14,2 bilhões no acumulado do ano, ante R\$635,9 bilhões, reproduzindo um déficit, no mesmo período em 2020. De acordo com os dados dos últimos doze meses, o déficit primário do setor público consolidado alcançou R\$52,9 bilhões (sendo 0,63% do PIB), com a redução de 0,94 p.p, em relação ao déficit acumulado do mês anterior.

Foi alcançado R\$55,0 bilhões dos juros nominais do setor público consolidado, relativamente a R\$38,9 bilhões em setembro de 2020. Este aumento teve como influência os acréscimos do IPCA e da taxa Selic, assim como o resultado das operações de swap cambial, com perdas de R\$12,9 bilhões em setembro de 2021, e R\$16,8 bilhões no mesmo período em 2020.

O setor público consolidado teve seu resultado nominal, que abrange o resultado primário e os juros nominais apropriados, apresentou um déficit em R\$42,0 bilhões em setembro de 2021. O déficit nominal teve um alcance de R\$404,6 bilhões no acumulado dos últimos doze meses (sendo 4,84% do PIB), havendo uma redução de R\$466,0 bilhões (5,62% do PIB) de acordo com o acumulado até setembro de 2020.

Gráfico 22 - Juros Nominais e Resultados -- Setor Público Consolidado, período: setembro/2021, jan/set de 2021 e acumulado de 12 meses.



Fonte: Banco Central do Brasil– Nota à imprensa de Estatísticas Fiscais,2021.
Elaboração: GT Contas Públicas USJT,2021.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R\$4,9 trilhões (58,5% do PIB) em setembro (2021), uma redução em relação a agosto, quando a Dívida Líquida do Setor público foi de R\$4,9 trilhões (59,3% do PIB). Esse resultado reflete, de acordo com o Banco Central, os impactos do crescimento do PIB nominal (redução de 0,6 p.p.), do superávit primário (redução de 0,2 p.p.), da desvalorização cambial de 5,76% no mês (redução de 0,9 p.p.), e dos juros nominais apropriados (aumento de 0,7 p.p.). A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu R\$6,9 trilhões em setembro (83,0% do PIB), um aumento em relação a agosto que registrou R\$6.849,9 bilhões em agosto (82,7% do PIB). Esse aumento foi causado pelo crescimento do PIB nominal (redução de 0,8 p.p.), da incorporação de juros nominais (aumento de 0,5 p.p.), da desvalorização cambial no mês (aumento de 0,3 p.p.), e das emissões líquidas de dívida (aumento de 0,2 p.p.).

Gráfico 23– Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral entre fevereiro de 2020 a agosto de 2021.



Fonte: Banco Central do Brasil– Nota à imprensa de Estatísticas Fiscais,2021.
Elaboração: GT Contas Públicas USJT,2021.

ELASTICIDADES DA DLSP E DBGG

A Elasticidades da DLSP e DBGG mostra as variações na taxa de câmbio, na taxa de juros e nos índices de preços para o mês de setembro de 2021 cujos dados são descritos na Tabela 11.

Tabela 11 - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em setembro de 2021.

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-12,4	-0,15	7,1	0,11
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	33,3	0,40	32,2	0,38
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	14,0	0,17	14,0	0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

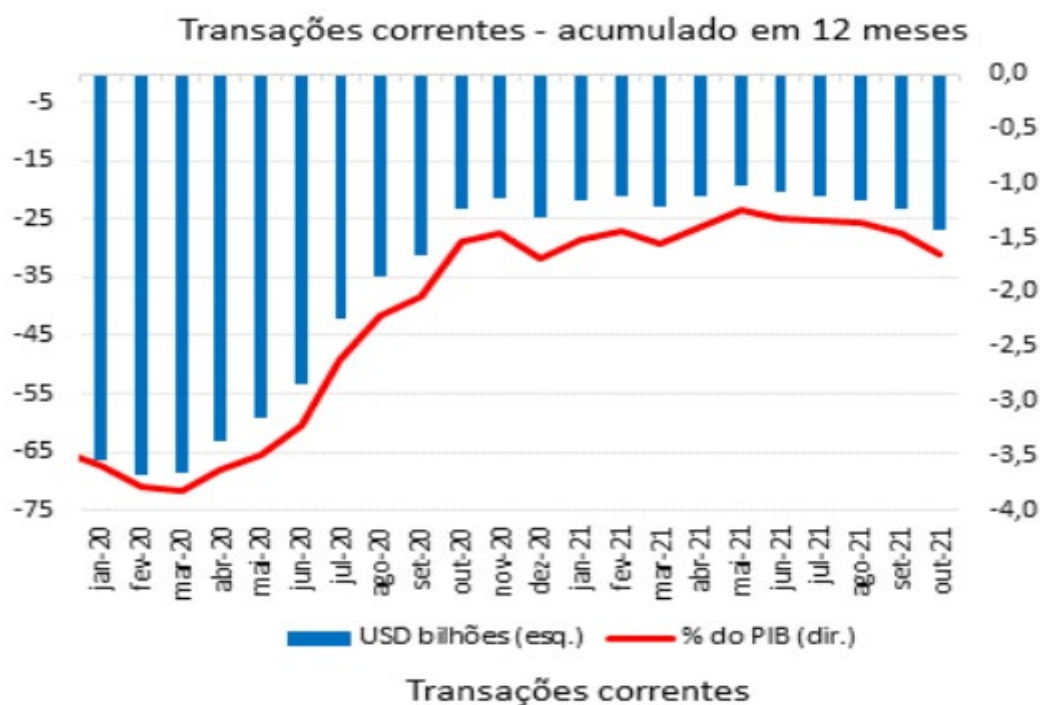
Fonte: Banco Central do Brasil– Nota à imprensa de Estatísticas Fiscais,2021.
 Elaboração: GT Contas Públicas USJT,2021.

Como é observado na tabela 11, estima-se pela análise da elasticidade, que a cada 1 p.p da taxa de desvalorização do câmbio afetará a DLSP com uma redução de R\$-12,4 bilhões de reais e a aumentará DBGG em R\$ 7,1 bilhões. Entendendo que os títulos públicos estão atrelados à taxa selic, o relatório do Banco Central ainda aponta que o aumento da Selic de 1 p.p aumentaria a DLSP em R\$ 33,3 bilhões e a DBGG teria um aumento de R\$ 32,2 bilhões, esse aumento consequente do aumento dos juros pagos na dívida. Sobre a relação entre os índices de preço, a DLSP e DBGG, a análise mensura que para cada aumento de 1 p.p nos índices de preço resulta em um aumento da DLSP e DBGG para R\$14,0 bilhões

5. Contas Externas

As transações correntes do balanço de pagamentos foram deficitárias em US\$4,5 bilhões em outubro de 2021, em comparação um saldo de US\$1,2 bilhão em outubro de 2020. Na comparação interanual, o superávit comercial diminuiu US\$2,4 bilhões, o déficit em renda primária aumentou US\$1,3 bilhão, e o déficit em serviços recuou US\$207 milhões. Nos doze meses encerrados em outubro de 2021, o déficit em transações correntes somou US\$26,7 bilhões (1,66% do PIB), ante US\$23,4 bilhões (1,47% do PIB) em setembro de 2021, e US\$23,3 bilhões (1,54% do PIB) em outubro de 2020.

Gráfico 24 – Transações correntes - Acumulado nos últimos 12 meses. (US\$ bilhões e % do PIB).



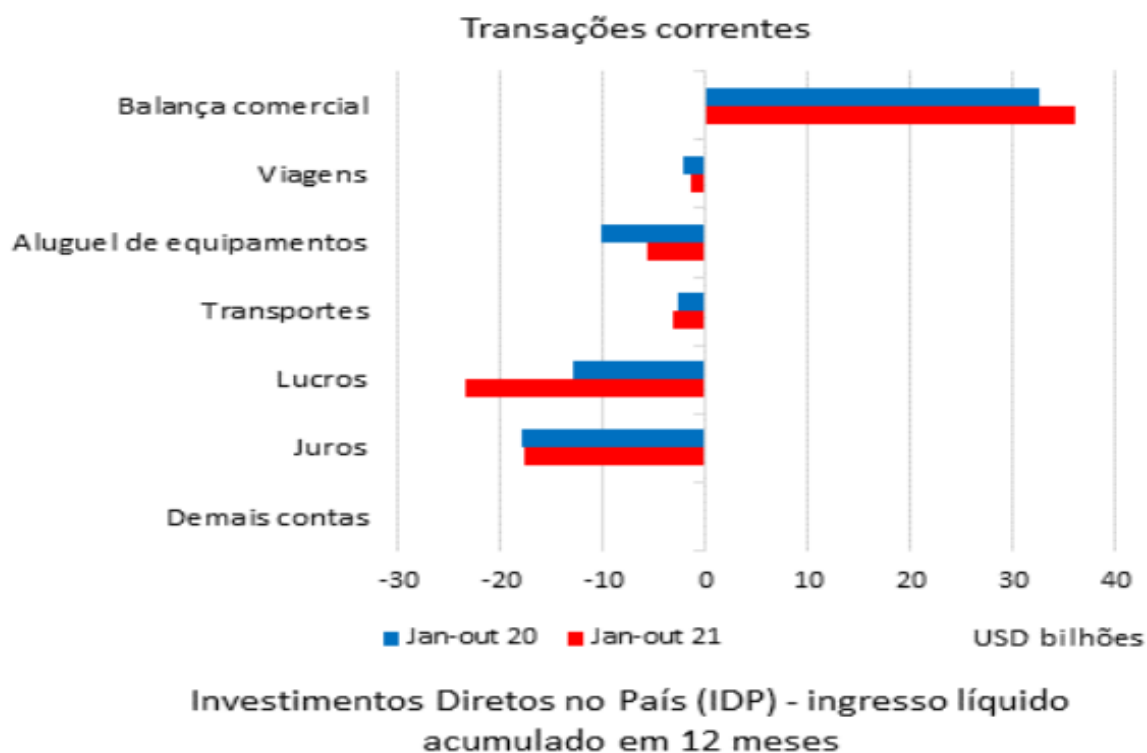
Fonte: Banco Central, 2021.
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT.

A balança comercial de bens foi superavitária em US\$1,3 bilhão em outubro de 2021, ante saldo positivo de US\$3,7 bilhões em outubro de 2020. As exportações de bens totalizaram US\$22,8 bilhões, aumento de 27,8% ante outubro de 2020, e as

importações de bens somaram US\$21,5 bilhões, incremento de 52,0% na mesma base de comparação.

Em outubro de 2021 o déficit na conta de serviços somou US\$1,5 bilhão, redução de 12,4% em relação a outubro de 2020. A conta de viagens internacionais registrou despesas líquidas de US\$265 milhões, ante US\$103 milhões em outubro de 2020. As despesas líquidas de aluguel de equipamentos somaram US\$602 milhões, redução de 28,7% na comparação com outubro de 2020, influenciada pela nacionalização de equipamentos no âmbito do Repetro. As despesas líquidas de transporte totalizaram US\$536 milhões, ante US\$194 milhões em outubro de 2020, associadas à expansão da corrente de comércio exterior.

Gráfico 24 - Serviços em Transações correntes - jan-out/20 e jan-out/21(US\$ bilhões).



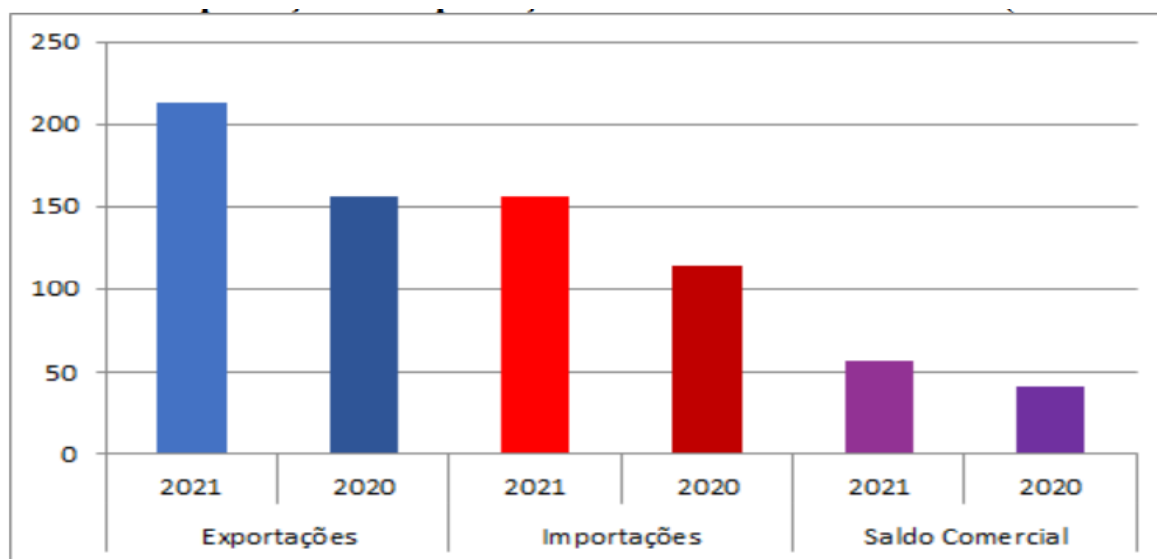
Fonte: Banco Central.2021.
Elaboração: GT Contas Externas da USJT.

Exportações e importações

As exportações brasileiras somaram US\$213,3 bilhões entre janeiro e setembro de 2021, um aumento de 27% em relação ao mesmo período de 2020. Na mesma base de comparação, as importações aumentaram 26,7%, para US\$156,7 bilhões. Contabilizando o valor acumulado do período de janeiro a setembro de 2021, observa-se um aumento tanto nas importações quanto nas exportações em

comparação ao mesmo período em 2020. De modo geral, o saldo de exportações e importações de janeiro a setembro de 2021 apresentou um superávit interessante em relação ao mesmo período de 2020, que era de US\$270,6 bilhões e hoje passa a ser de US\$370,1 bilhões.

Gráfico 25 – Exportações, importações e saldo comercial janeiro a setembro de 2020 e 2021 (em US\$ bilhões).

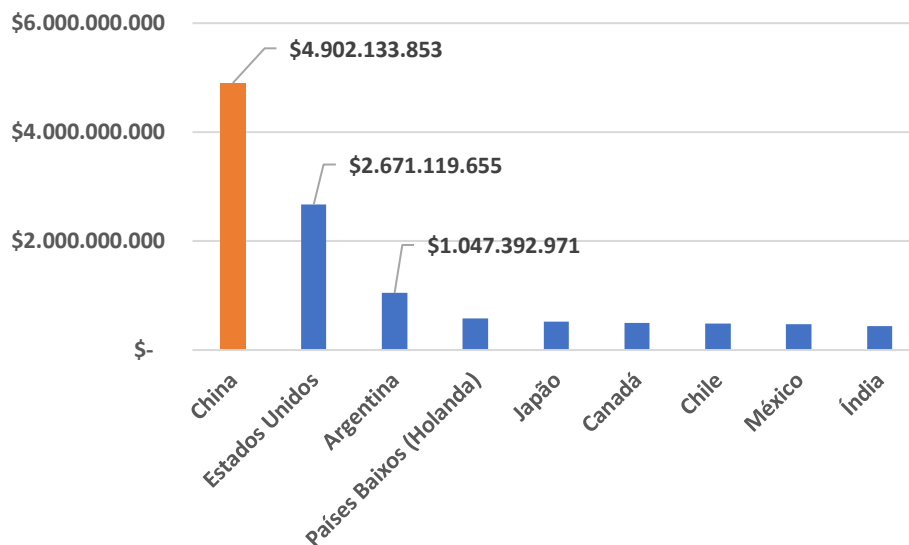


Fonte: Ministério da Economia, 2021.
Elaboração: GT Contas Externas da USJT

Parceiros Comerciais

Os dados apresentados no gráfico 26 mostram que em novembro de 2021 a China foi o principal parceiro comercial do Brasil, com exportações brasileiras totalizando US\$ 4,9 bilhões. Logo em seguida vem os Estados Unidos, com pouco mais da metade do valor, US\$ 2,6 bilhões. A Argentina aparece em terceiro lugar com US\$ 1 bilhão. Individualmente, as exportações para os outros países não alcançaram o patamar de US\$ 1 bilhão.

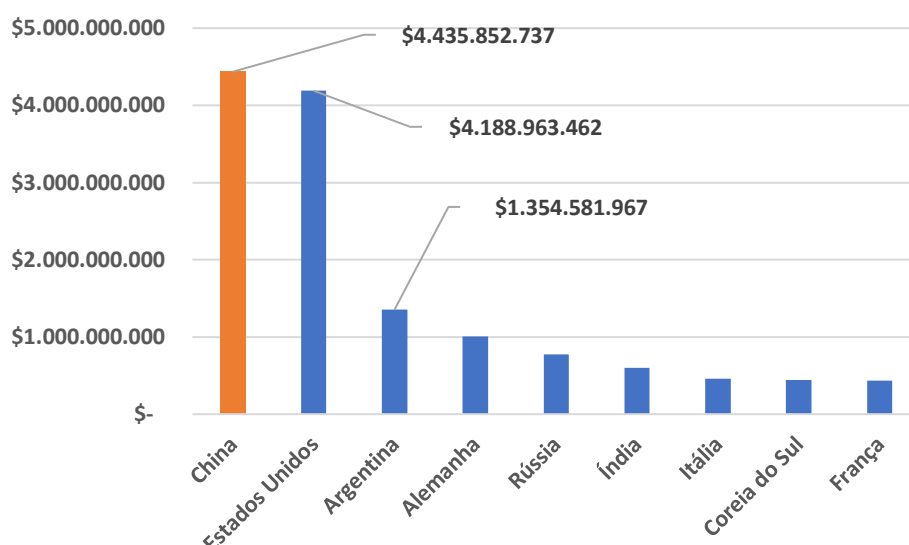
Gráfico 26. Exportações em novembro 2021 por país, (em US\$).



Fonte: Comex Stat.,2021.
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT.

Dos países que o Brasil importa, a China (com US\$ 4,4 bilhões), os Estados Unidos (com US\$ 4,1 bilhões) e a Argentina (com US\$ 1,3 bilhão) também ocupam os primeiros lugares. Entretanto, outros parceiros comerciais aparecem, como a Alemanha (com US\$ 1 bilhão), a Rússia (com US\$ 773 milhões) e a Itália (com US\$ 458 milhões), para citar os mais expressivos.

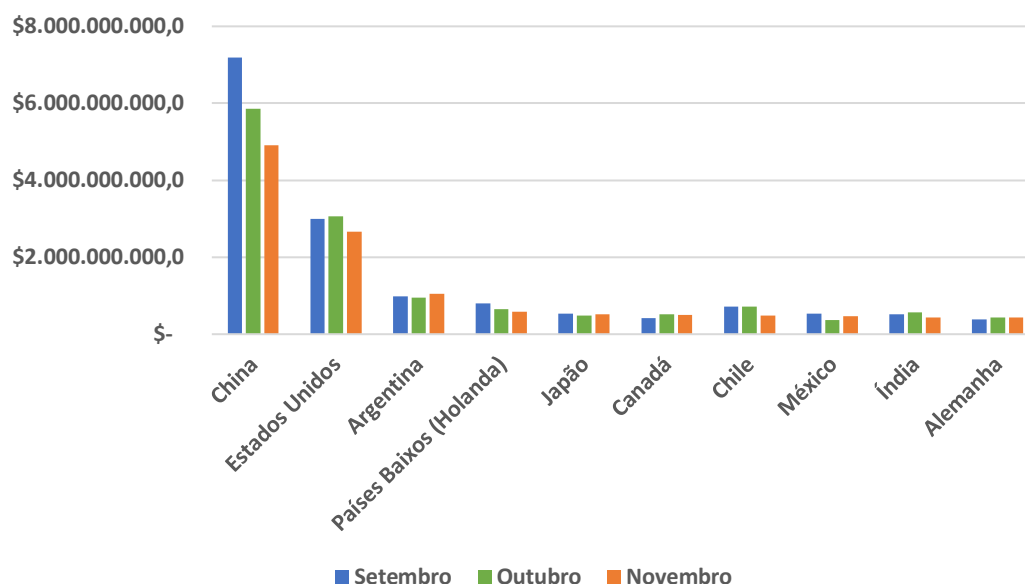
Gráfico 27. Importações em novembro 2021 por país, (em US\$).



Fonte: Comex Stat,2021.
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT.

Na comparação com os dois meses imediatamente anteriores (outubro e setembro de 2021), percebe-se que houve uma expressiva queda das exportações para a China (US\$ 7,1 bilhões em setembro, US\$ 5,8 bilhões em outubro e US\$ 4,9 bilhões em novembro). Essa redução ocorreu por conta da suspensão, em setembro, das vendas de carne bovina para a China em decorrência da identificação de casos da chamada “Doença da vaca louca”. A suspensão ocorreu por determinação do próprio governo brasileiro (que visou atender aos protocolos firmados com o país oriental), mas foi continuado pela China mesmo após a garantia de que o problema havia sido resolvido, levantando suspeitas de motivação política.

Gráfico 28. Comparação das exportações 2020-2021 por país, (em US\$).



Fonte: Comex Stat, 2021.
Elaboração: GT Contas Externas da USJT.

Na análise dos produtos exportados, as commodities (produtos primários) representam o grosso das exportações (minério de ferro, cereais e petróleo bruto); os produtos de baixa complexidade tecnológica também representam boa parte das exportações brasileiras (fabricação de ferro e aço básicos, por exemplo).

Tabela 12. Exportação por produtos em setembro 2021.

Descrição ISIC Classe	Valor FOB (US\$)
Extração de minério de ferro	\$ 2.630.087.872
Cultivo de cereais (exceto arroz), leguminosas e oleaginosas	\$ 1.891.064.955
Extração de petróleo bruto	\$ 1.768.464.444
Processamento e conservação de carne	\$ 1.342.085.706
Fabricação de ferro e aço básicos	\$ 1.338.943.666
Fabricação de metais preciosos e outros metais não ferrosos	\$ 979.504.436
Fabricação de açúcar	\$ 921.793.266
Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais	\$ 811.417.209
Fabricação de polpa, papel e cartão	\$ 772.196.115
Fabricação de veículos automotores	\$ 647.756.132

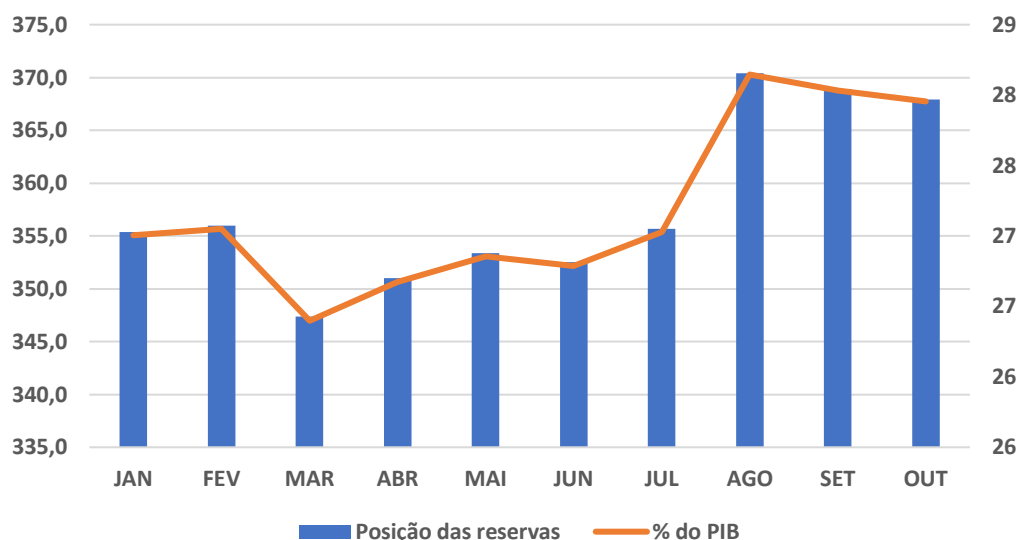
Fonte: Comex Stat, 2021.

Elaboração: GT Contas Externas da USJT.

Reservas Internacionais

Em outubro de 2021, o saldo das Reservas Internacionais totalizava 367,9 bilhões de dólares, redução de 0,9 bilhão (-0,26%) em relação ao mês anterior (368,8 bilhões). As principais contribuições para esse resultado vieram de variações por preço (- 1,3 bilhão de dólares), variações por paridade (504 milhões de dólares) e intervenção do Banco Central via spot – mercado à vista (- 500 milhões de dólares).

Gráfico 29. Posição mensal do estoque em 2021 (em US\$ bilhões) e saldo em relação ao PIB de 2020 (em %).



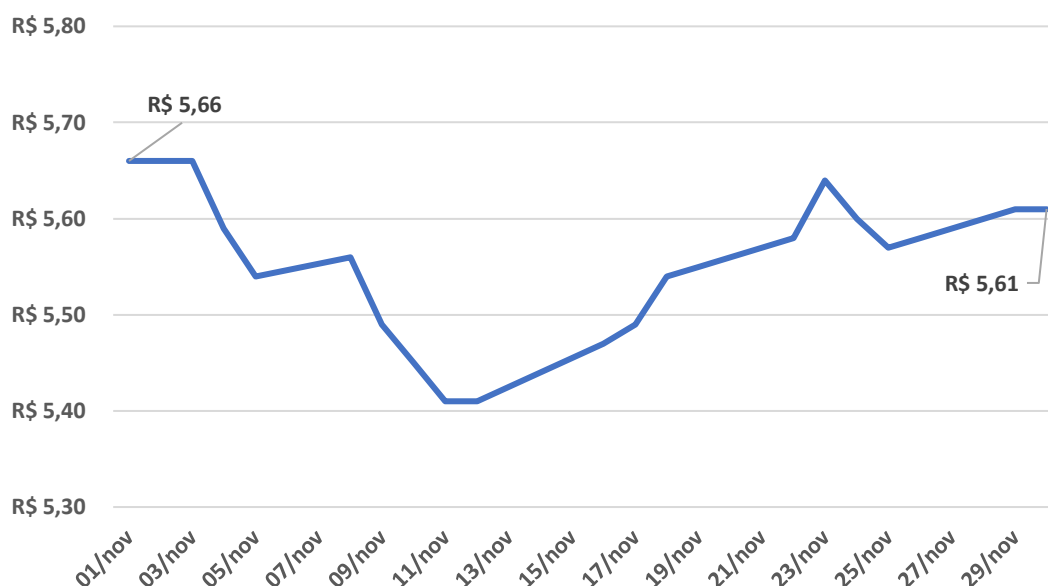
Fonte: Banco Central., 2021.

Elaboração: GT Contas Externas da USJT.

Taxa de câmbio

Ao final do mês de novembro de 2021, mais especificamente no dia 30, o câmbio encerrou o mês cotado em R\$ 5,61, tanto para compra como para venda. No primeiro dia de novembro de 2021, o câmbio estava em R\$ 5,66 por dólar americano. Com o resultado no final do mês, houve uma pequena valorização de 0,88% no período. É importante ressaltar que essa valorização não foi linear, já que em diversos momentos a cotação ficou entre R\$ 5,41 e R\$ 5,58, mostrando uma tentativa de recuperação do valor da moeda.

Gráfico 30. Taxa de Câmbio Nominal (R\$ por US\$)



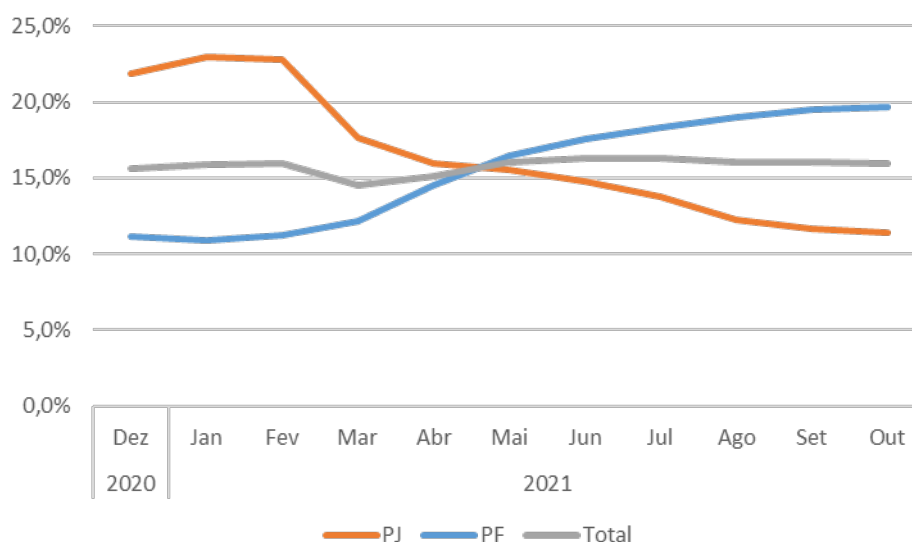
Fonte: Banco Central, 2021.
Reprodução: Banco Central.

No Boletim Focus publicado em 13 de dezembro de 2021, a mediana das expectativas de mercado apontou que a taxa de câmbio deverá fechar o ano em R\$ 5,59. A queda ocorrida em novembro vai na linha das previsões e tudo indica que a cotação encerrará o ano de 2021 próxima desse valor.

6. Crédito, Juros e Bolsa

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no mês de outubro de 2021, atingiu um total de R\$ 4,5 trilhões. Apresentando aumento de 0,9% na carteira PJ com saldo de aproximadamente R\$1,9 trilhão e, além disso, expansão de 1,9% na de pessoas físicas com saldo de R\$ 2,6 trilhões. No comparativo anual, a carteira registrou alta de 16% em relação ao mês de outubro do ano anterior, mantendo se estável ao resultado obtido em setembro deste ano. Neste mesmo parâmetro (comparação interanual) é possível perceber uma desaceleração do crédito para empresas de 11,7% para 11,4% e um aumento no crédito às famílias de 19,5% para 19,7%. O gráfico 31 ilustra a variação da carteira de crédito para PF, PJ e total.

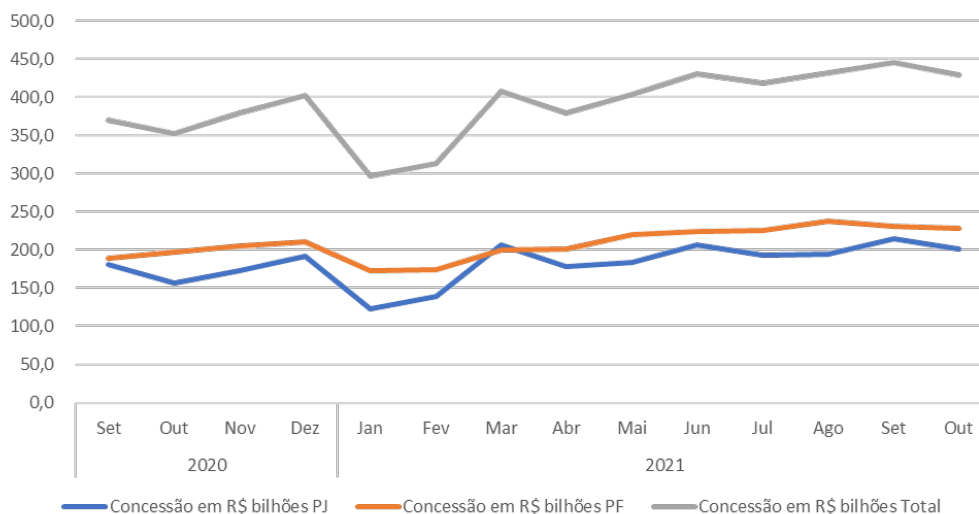
Gráfico 31: Saldos totais de crédito – Variação de 12 meses.



Fonte e Elaboração: Banco Central, 2021.
Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT

Em relação ao mês de outubro de 2021, as concessões totais de crédito no SFN somaram R\$ 428,9 bilhões, destes, R\$ 228,3 bilhões foram direcionados a pessoa física e R\$ 200,7 bilhões a pessoa jurídica, com aumento de 5,1% na pessoa jurídica e 0,1% na pessoa física. No acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2020, as concessões totais cresceram 18,17%, representados pelo aumento de 12,0% para PJ e expansão de 23% em PF. O Gráfico 32 apresenta as concessões médias (R\$ bilhões) de crédito para PF e PJ.

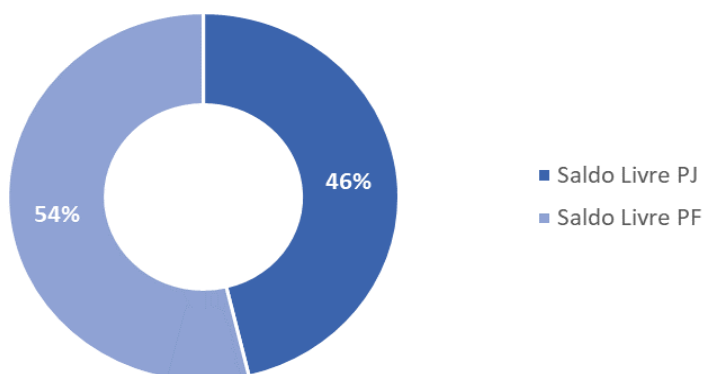
Gráfico 32. Concessões médias (R\$ bilhões) de crédito para PF e PJ.



Fonte: Banco Central, 2021.
 Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT, 2021.

No crédito livre as concessões apresentaram aumento de 1,8% no mês, resultado do aumento de 0,8% no crédito livre para empresas e queda de 0,4% no crédito livre às famílias. Na comparação trimestral as concessões do crédito livre tiveram variação positiva 8,7%, no ano a variação é de 18%. O Gráfico 33 ilustra a Participação percentual de PJ e PF nas concessões de crédito livre.

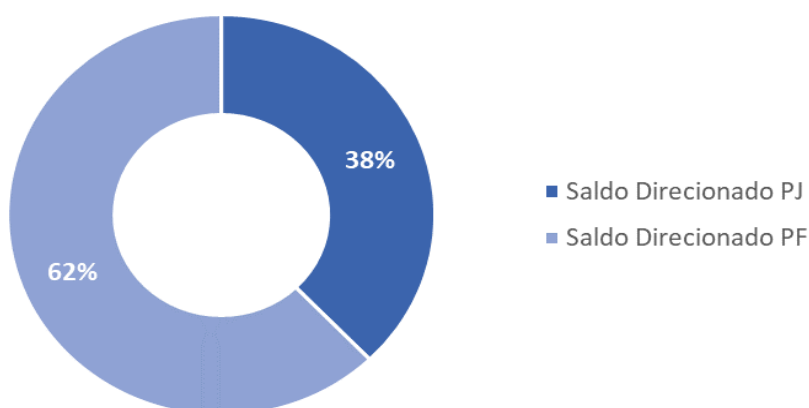
Gráfico 33: Participação percentual de PJ e PF nas concessões de crédito livre.



Fonte: Banco Central, 2021
 Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT, 2021.

As concessões de crédito direcionado à pessoa jurídica totalizaram um saldo de R\$ 11 bilhões. Já para pessoa física, as concessões de crédito direcionado totalizaram um saldo de 37,4 bilhões com retração de 7% em relação ao mês anterior.

Gráfico 34: Participação percentual de PJ e PF nas concessões de crédito direcionado.

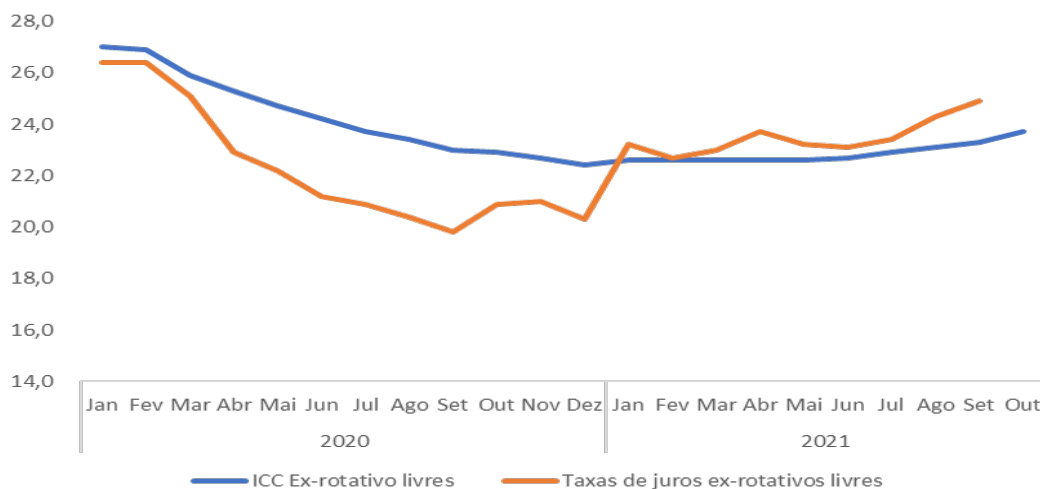


Fonte: Banco Central, 2021.
Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT, 2021.

Indicador de Custo de Crédito e Inadimplência

No mês de outubro o indicador de custo de crédito (ICC), atingiu 18% a.a., com uma elevação de 0,3 p.p. no mês e 0,8 p.p. em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No crédito livre não rotativo, o ICC esteve em mês com 23,7% a.a., com variação de 0,4 p.p. em relação ao mês anterior e 0,8 p.p. em relação ao mesmo mês do ano anterior. O spread geral do ICC alcançou 12,3 p.p. com aumento de 0,1 p.p. no mês e 0,2 p.p. em comparação ao ano anterior.

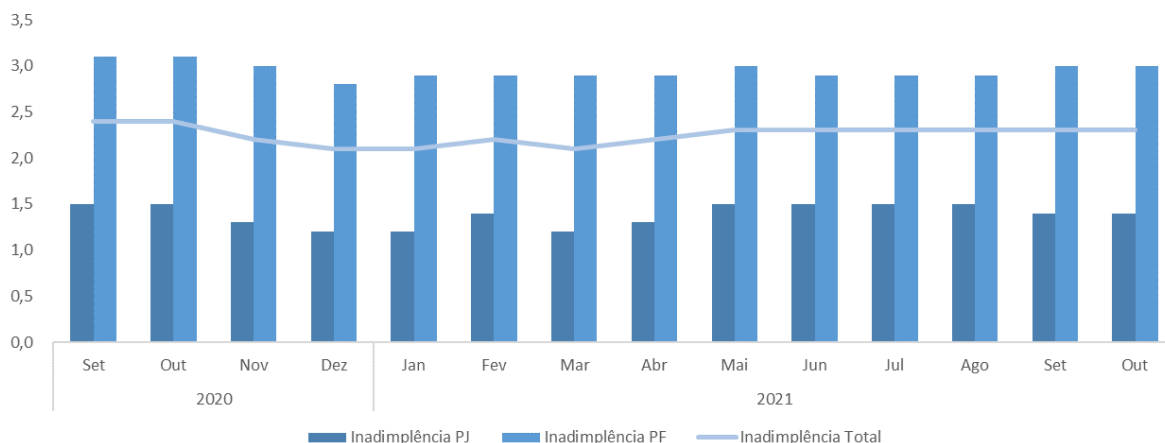
Gráfico 35: ICC e taxas de juros do crédito livre (exclui crédito rotativo).



Fonte: Banco Central, 2021.
 Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT,2021.

A inadimplência no mês de outubro de 2021 se manteve no patamar de 2,3%, estável em relação aos últimos meses, com quedas na PJ e aumentos na PF proporcionais. No crédito livre a inadimplência se manteve estável em ambos os segmentos, enquanto no direcionado o segmento de pessoas jurídicas obteve redução de 0,1 p.p.

Gráfico 36 - Taxa de inadimplência PJ, PF e total (em % do total de crédito)

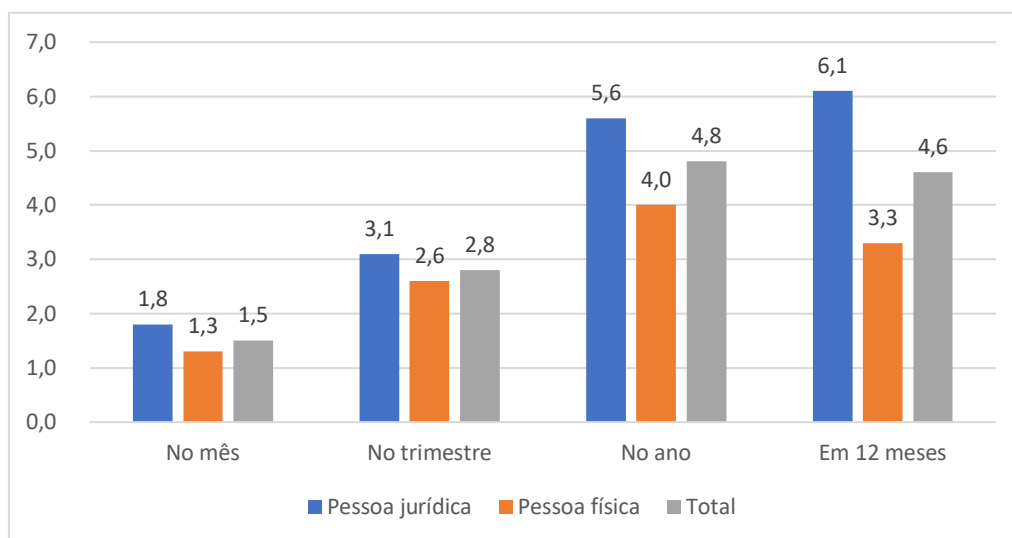


Fonte: Banco Central ,2021.
 Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT

TAXA DE JUROS

A taxa média de juros das novas contratações de crédito do Sistema Financeiro Nacional atingiu 23,2% a.a. no mês de outubro, algo que representa uma elevação de 1,5 p.p. com relação ao mês anterior e 4,6 p.p. em doze meses. Além disto, o spread bancário registrou um aumento de 0,7 p.p. no mês e 0,8 p.p em doze meses, situando-se em 15,3 p.p. O Gráfico 37 ilustra a variação da taxa média de juros das operações de crédito.

Gráfico 37 - Variação da taxa média de juros das operações de crédito.

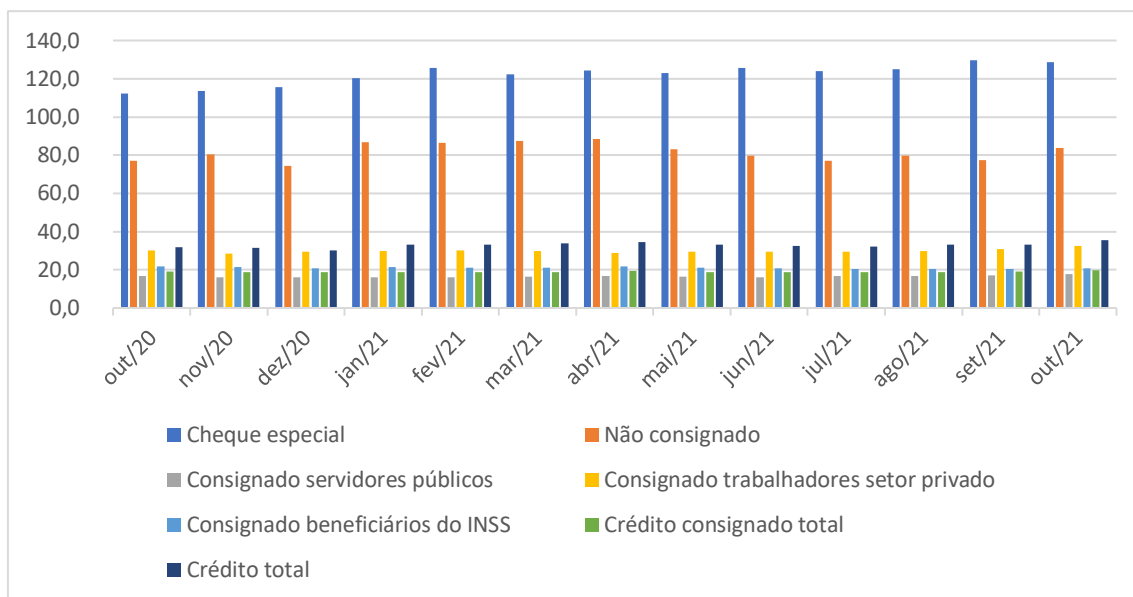


Fonte: Banco Central, 2021.
Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT, 2021.

Com relação às concessões de crédito para Pessoas Físicas, nota-se grande variação entre as taxas de juros de cada modalidade, fato decorrente do nível de risco de inadimplência envolvido em cada operação. O cheque especial registrou uma taxa média de 128,8% a.a. em outubro, declínio de 0,8 p.p. em relação ao mês anterior e um aumento 16,5 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Os créditos consignados encerraram o mês em 19,7% a.a., representando um aumento de 0,7 p.p em relação ao mês anterior e 0,5 p.p em doze meses. A pouca volatilidade na taxa média de juros desta modalidade de crédito é justificada pelo baixo risco de inadimplência. Em contrapartida, o crédito não consignado registrou uma taxa média de 83,6% a.a., representando um aumento abrupto de 6,2 p.p. em relação ao mês de setembro deste ano. O gráfico 38 representa a comparação da taxa média de juros nas modalidades de crédito Pessoa Física em um período de doze meses

Gráfico 38 - Comparação da taxa de juros nas modalidades de crédito PF (% a.a.).

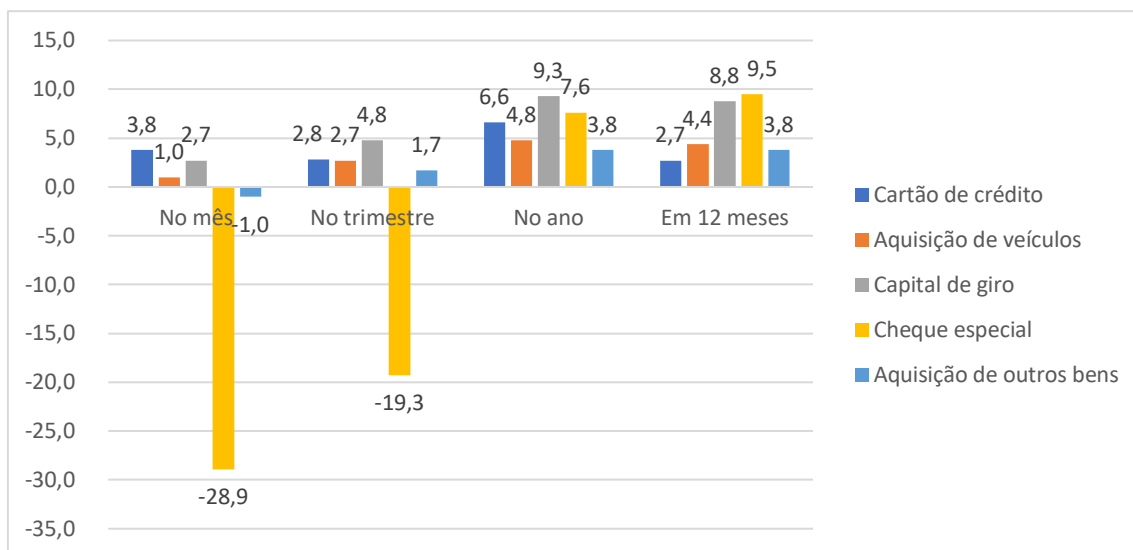


Fonte: Banco Central, 2021.
 Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT, 2021.

De forma geral, nota-se uma pequena elevação nas taxas médias de juros para contratações de crédito pessoa física ao longo do período analisado, tendência atrelada à ascensão do percentual da Taxa SELIC, a taxa básica de juros do Brasil, cuja atingiu 9,25% a.a. em 08/12/2021.

Outrossim, na modalidade de concessões crédito para pessoa jurídica, observa-se grande volatilidade nas taxas juros em contratações via cheque especial, que registrou um declínio de 28,9 p.p no mês e um aumento de 9,5 p.p em doze meses. O capital de giro finalizou o período com uma elevação de 2,7 p.p. no mês, 4,8 p.p no trimestre e 8,8 p.p em doze meses. O gráfico 39 ilustra a variação da taxa de juros das principais modalidade de crédito Pessoa Jurídica.

Gráfico 39 - Variação da taxa de juros das principais modalidade de crédito PJ.



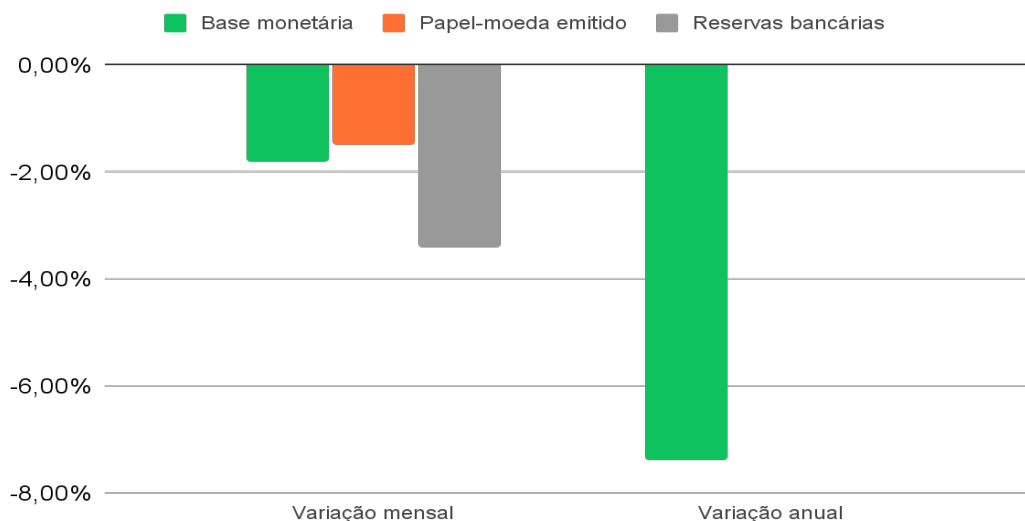
Fonte: Banco Central, 2021.
 Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa da USJT, 2021.

Agregados Monetários

A base monetária foi para R\$396,209 milhões em outubro de 2021, com diminuição de -1,8% no mês e -7,4% em 12 meses. Deste total, R\$ 331,654 milhões representaram o papel moeda em poder do público com variação percentual de - 1,5 % no mês e -7,1% em 12 meses. O montante restante de R\$ 64,555 milhões foi relacionado as reservas bancárias que apontaram variação de 3,4% no mês e -9,1% em 12 meses.

Entre os fluxos mensais dos fatores determinantes da base monetária atuaram de forma contracionista com as operações do Tesouro Nacional (R\$10,975 milhões), as com derivativos (R\$ 12,933 milhões), as da Linha Temporária Especial de Liquidez (R\$ 8 milhões) e os depósitos de instituições financeiras (- R\$ 749 milhão, com destaque para recolhimentos de recursos de depósitos a prazo, R\$1,9 bilhão, e de recursos de depósitos de poupança, R\$1,0 bilhão) e não foram expansionistas as operações com Títulos Público Federais, - R\$ 115 milhões (resgates líquidos de R\$122, 936 milhões no mercado primário e vendas líquidas de R\$123,1 bilhões no mercado secundário), e as do setor externo, - R\$ 2,4 milhões O Gráfico 40 ilustra a Variação da Base monetária, papel moeda emitido e reservas bancárias em setembro de 2021 e nos últimos 12 meses.

Gráfico 40- Variação da Base monetária, papel moeda emitido e reservas bancárias.



Fonte: Banco Central, 2021.
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT, 2021.

Os meios de pagamento restritos ou M1, chegaram a um total de R\$600 bilhões no mês, uma diminuição de 1,3%, resultado do decréscimo de -2,1 dos depósitos à vista, assim como o papel-moeda houve uma queda de -0,3%, e crescimento de 2,3% no saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras, somou R\$2,5 trilhões, foi contrabalançada pelo decréscimo no saldo do M1 (1,3%) e no saldo dos depósitos de poupança (-0,5%), R\$1,0 trilhão.

No M2 o saldo apontou fechamento de R\$ 4,162 trilhões com diminuição de 0,3% em relação ao mês anterior, aumento de 1,2% no trimestre, 4,1% no ano e 6,9% no acumulado em 12 meses. Com diminuição de 0,1% em relação ao mês anterior para a categoria de Títulos privados emitidos pelo SFN - Outros.

No M3 o saldo foi de R\$ 8,536 trilhões com decréscimo de 0,5% em relação ao mês anterior, acréscimo de 1,0% no trimestre, 6,2% no ano e 9,5% em 12 meses. Com destaque para o decréscimo mensal de -3,0% das operações compromissadas com títulos federais.

No M4 o montante fechou em 9,292 trilhões com aumento de 0,7% no mês, 2,9% no trimestre, 10,0% no ano e 12,1% em 12 meses. O principal componente em M4 que contribuiu para a estabilidade do meio de pagamento, foi o acréscimo no mês de 15,5% dos títulos federais.

Em novembro de 2020 a base monetária nacional foi revisada de forma que incorporasse os valores que o Banco Central manteve das demais instituições financeiras para agregar na movimentação do sistema de Pagamentos Instantâneos e conseqüentemente os fatores condicionantes da base monetária acabaram por também serem revisados para se encaixar nas variações da base monetária e assim registrar seus impactos nas reservas delas. De novembro de 2020 a março de 2021, o saldo revisado da base monetária apresentou aumento médio de 5,3% em relação à série anterior.

Bolsa de Valores

No mercado acionário brasileiro os meses de outubro e novembro de 2021, apresentaram uma maior volatilidade em comparação as principais Bolsas de valores do mundo. O Gráfico 41 ilustra o Índice Ibovespa (2021) de janeiro a novembro de 2021.

Gráfico 41 – Índice Ibovespa (2021) de janeiro a setembro de 2021.



Fonte e elaboração: Google finance, 2021.
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT, 2021.

Pode-se analisar que houve uma forte queda entre o início de agosto e o final de outubro. Isto porque as exportações de minério tiveram uma baixa pela crise imobiliária na China no caso Evergrande. No mesmo período destaca-se a instabilidade do cenário político interno e o aumento da taxa de juros.

Existem diversos fatores que contribuem para as oscilações no índice Ibovespa, entretanto, existem fatores que resultam em impactos de maior relevância, o primeiro deles é a grande instabilidade política do Brasil, este fator em específico,

afasta investidores estrangeiros e com isso aumenta o valor do dólar em relação ao real, agravando ainda mais o processo inflacionário brasileiro, que atualmente, no acumulado apresenta um crescimento de 10,25% enquanto a meta inflacionário inicial era de 5,8%, com isso, como medida para interromper a aceleração da inflação, o Banco central vem aumentando a taxa Selic em um dos patamares mais elevados desde 2018, que é utilizada para diminuir a base monetária e para atrair investidores estrangeiros, e que por consequência diminui a taxa de câmbio e frear a inflação, . Entretanto, com o aumento da taxa de juros os investimentos com renda fixa passam a ser mais atrativos, por apresentaram rendimentos semelhantes a bolsa de valores, com riscos substancialmente menores, diminuindo assim os investimentos em renda variável resultando assim em oscilações negativas no Índice Ibovespa.

Muito embora o cenário do mercado acionário, econômico e político seja adverso, algumas empresas conseguiram obter crescimentos expressivos no mesmo de novembro, A Tim (TIMS3) obteve uma variação de 22,99%, esse crescimento tem como principal fator, especulação no mercado de que uma gestora de fundos norte-americana apresentou uma proposta para comprar a Telecom Itália, controladora da TIM no Brasil, pelo valor de US\$ 12 bilhões, fazendo assim com que o valor das ações da empresa disparasse. Já a Unidas empresas de locação de veículos (LCAM3) além de um crescimento de 116,5% no lucro líquido do período, realizou a aquisição da Sofit Software, empresa de gestão de frotas, a Dexco (DXCO3) empresa do setor de materiais de construção apresentou um ótimo resultado, com R\$ 255,3 milhões de lucros líquidos no último trimestre, além de notícias recentes apontarem pagamentos R\$ 878,4 Milhões em dividendos. Para a Energisa (ENGI11) o principal fator de crescimento está na aquisição de ações da energisa Acre Distribuidora de Energia. E por fim a Suzano (SUZB3), empresa do setor de papel e celulose apresentou receita recorde, principalmente por conta do aumento da demanda Chinesa por papel e celulose.

Tabela 13 – Ações com maior valorização no mês de novembro 2021.

Empresa	Código	Varição
Tim	TIMS3	22,99%
Unidas	LCAM3	17,44%
Dexco	DXCO3	16,25%
Energisa	ENGI11	14,82%
Suzano	SUZB3	14,08%

Fonte: B3, 2021.
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT, 2021.

Algumas empresas, justamente por conta da crise econômico e política que o Brasil vem enfrentando vem apresentando resultados ruins de forma sucessiva, a Natura (NTCO3) por exemplo, teve o quedas de vendas, o que determina uma queda direita das receitas, já as empresas Locaweb (LWSA3), Magazine Luiza (MGLU3) do varejo e o Assaí (ASAI3) do setor atacadista, vem sofrendo com a queda generalizada das vendas nos setores, causado principalmente por conta da crise que o país vem enfrentando E por fim o Banco Pan (BPAN4) que vem presentando diminuição das receitas, justificando assim a queda no valor de suas ações.

Tabela 14 – Ações com maior desvalorização no mês de novembro 2021.

Empresa	Código	Varição
Natura	NTCO3	-31,39%
Locaweb	LWSA3	-27,92%
Magazine Luiza	MGLU3	-27,84%
Assaí	ASAI3	-16,61%
Banco Pan	BPAN4	-15,27%

Fonte: B3, 2021.
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT, 2021.

7. Considerações Finais

A análise dos indicadores econômicos no terceiro trimestre de 2021 trouxe prognósticos negativos em relação ao desempenho da economia brasileira para o ano vigente quanto para 2022. No que se refere a recuperação econômica observada, sobretudo no primeiro semestre de 2021, houve uma redução das expectativas uma vez que os dados efetivos do PIB do terceiro trimestre mostraram uma retração de 0,1% em relação ao trimestre anterior, sendo a segunda queda seguida, o que coloca o país em recessão técnica.

Essa retração do PIB no terceiro trimestre de 2021 se dá sobretudo pelo baixo desempenho de importantes segmentos da atividade econômica: Agricultura redução de 8% no período, crescimento industrial (0%) e diminuição da recuperação dos segmentos de serviços (1,1%), desempenho este muito aquém do esperado para o período analisado.

Outro fator importante a ser considerado no período destacado é a continuidade da pressão inflacionária, acumulado do IPCA no ano de 2021 (até novembro) em 9,26%, e em 12 meses 10,74%, sendo que alguns itens importantes, como combustíveis, com altas acima de 50% nos últimos 12 meses, além da cesta básica, com aumentos de mais de 30% em diversas capitais o que impacta negativamente na recuperação econômica, uma vez que reduz o poder de compra da população.

Apesar de uma leve recuperação no mercado de trabalho no trimestre vigente 12,6% (agosto/setembro 2021) da taxa de desocupação, em comparação ao percentual anterior 13,1% (julho/agosto 2021) foi insuficiente para a recuperação do emprego e da renda, dado que há cerca de 13,5 milhões de desempregados no Brasil., Além disso, a geração de novas ocupações está concentrada no emprego sem carteira assinada e conta própria, que não possuem direitos trabalhistas, acesso ao sistema de seguridade social e pagam as menores remunerações. Esse quadro de ocupações precárias, em conjunto com a elevação da inflação é o responsável pela queda de mais de 10% da renda real média de todos os trabalhos, que com certeza dificultará a recuperação econômica com o consumo também em tendência de contração.

Diante desta elevação dos níveis gerais de preços, o Banco Central vem elevando a taxa básica de juros da economia (SELIC) desde o mês de fevereiro (2% a.a.) para 9,25% em dezembro de 2021. Esta elevação contínua na taxa de juros tem como objetivo retomar o índice da inflação dentro da meta estabelecida pelo BACEN (3,75% a.a. a 5,25% a.a.), entretanto, traz efeitos nocivos para os níveis de atividade econômica, dado que reduz o investimento produtivo e retrai a demanda agregada da economia, uma vez que aumento o custo do crédito. Outro fator importante a ser destacado é compreender a característica da inflação brasileira dado que grande parte desta elevação dos preços ocorre num período de grande desvalorização cambial.

Os resultados das contas públicas mostram que, mesmo diante de um baixo crescimento econômico a arrecadação federal tem crescido em relação ao ano de 2020, o que permitiria ao governo federal, no mínimo, retomar obras públicas paradas vitais para a saúde da população (centros de saúde, por exemplo) e saúde da economia brasileira (obras em infraestrutura). A política monetária tem inibido o crescimento econômico, com a elevação da SELIC (metas de inflação) e custo de crédito alto, tornando o ambiente de negócios menos dinâmico para a produção de bens e serviços.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA USJT

COORDENAÇÃO DO BOLETIM:

Prof. Miguel Huertas Neto e Prof. Gilberto Fernandes da Costa

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Prof. Vladimir Camillo Sipriano

Alunos:

Ana Laura Faria da Silva	Laura Monteiro Souza
Andre Marques Pinheiro	Livia Batista dos Santos
Andressa Gomes Lucas	Lucas Neves Ferreira
Augusto Almeida Sobral Carreiro	Marcos Silva do Nascimento
Bianca Baltrusaitis	Maria Isabela Silva Tavares
Bruna Savas Kosakevic	Mateus de Queiroz Rocha
Carlos Eduardo Brito Martínez	Matheus da Cruz Theles
Caroline de Santana Braga Serafim	Mhaylson Gonzaga Rodrigues
Cibele Evangelista Nascimento	Natália Gabriel
Claudio Rubens Silva Filho	Nathália Inagaki Rizzo Penteado
Douglas Fernandes Costa	Nicolle Hemione dos Santos Lopes
Eliel Alves Amorim	Pedro Micheletto Palhares
Erick Sung	Priscila Bueno Novaes
Fabianna Lima	Rafael Vale dos Santos Melo
Felipe Molisini Testa	Ramon Inocencio Dias
Felipe Rodrigues	Renan Santos de Barros
Gabriel Macedo Caldini de Matos	Rodrigo Guimaraes Loconte
Gabriel Pereira da Mata	Thaine Caldas Rocatelli
Guilherme Eduardo Segredo	Thayná Coussirat Pompeu Sulivan Ferreira
Gustavo Augusto de Andrade	Victor da Silva Melo
Igor Antonio de Oliveira	Victor dos Santos Gallo
Isadora Cardoso Maia e Silva	Victor Linhares Laurindo
Johab Alves de Souza	Vitor Hugo Gonçalves